

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO DE PREPARO



INFANTARIA DA AERONÁUTICA

MCA 125-3

OPERAÇÕES DE CONTROLE DE DISTÚRBIOS

2024



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO DE PREPARO

PORTARIA COMPREP Nº 1.851/SPOG-50, DE 10 DE SETEMBRO DE 2024.
Protocolo COMAER nº 67200.010182/2024-27

Aprova a reedição do MCA 125-3
“Operações de Controle de Distúrbios”.

O **COMANDANTE DE PREPARO**, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 13 do ROCA 20-13, “Regulamento do Comando de Preparo”, aprovado pela Portaria GABAER nº 492/GC3 de 21 de abril de 2023, publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 75, de 26 de abril de 2023, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do MCA 125-3 “Operações de Controle de Distúrbios”, na forma dos anexos I, II e III.

Art. 2º Revogar a Portaria COMPREP nº 8/COMPREP, de 13 de janeiro de 2021, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 16, de 25 de janeiro de 2021.

Art. 3º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig PEDRO LUÍS FARCIC
Comandante de Preparo



ANEXO I
OPERAÇÕES DE CONTROLE DE DISTÚRBIOS (MCA 125-3)

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I
Finalidade

Art. 1º O presente Manual tem por finalidade regular as questões doutrinárias de emprego a serem adotadas pelas tropas de Polícia da Aeronáutica nas Operações de Controle de Distúrbios, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

Seção II
Âmbito

Art. 2º Esse Manual se aplica ao âmbito de todas as Organizações Militares (OM) do COMAER por meio do Sistema de Segurança e Defesa do Comando da Aeronáutica (SISDE).

Seção III
Responsabilidade

Art. 3º É de responsabilidade da Subchefia de Preparo de Operações Terrestre (SPOT) do Comando de Preparo (COMPREP).

Seção IV
Conceituação

Art. 4º Os conceitos encontrados neste Manual constam no Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas (MD33-M-02), no Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01), no Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica (MCA 10-3), no Glossário da Aeronáutica (MCA 10-4), no Glossário de Termos do Comando de Preparo (NOPREP/LEG/06A), na Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1), e como definido abaixo:

I - Tropa de Choque: denominação tradicional da tropa especializada em controle de distúrbios;

II - Operações de Controle de Distúrbios: operação empregada na Garantia da Lei e da Ordem e nas Operações Urbanas comumente em situação de anormalidade institucional, depois de atestada a incapacidade das forças policiais de restabelecer a ordem ou quando o distúrbio ocorrer em área sujeita à administração militar, para conter grupo, em circunstância considerada de desobediência civil, contrária a atos ou autoridades do poder constituído;

III - Distúrbio: são manifestações decorrentes da inquietação ou tensão de parte da população, que tomam a forma de atos de violência. Podem originar-se de diversas causas sociais, políticas e econômicas. Adicionalmente, condições resultantes de calamidades públicas podem

gerar distúrbios, seja pela tentativa da população de escapar de catástrofes, seja pelo aproveitamento da situação reinante por indivíduos ou grupos inescrupulosos; e

IV - Turba: multidão em desordem, reunião de pessoas que, sob estímulo de intensa excitação ou agitação, perdem o senso da razão e respeito à lei, e passam a obedecer a indivíduos que tomam a iniciativa de chefiar ações desatinadas.

CAPÍTULO II

OPERAÇÕES DE CONTROLE DE DISTÚRBIOS

Seção I

Considerações gerais

Art. 5º Os distúrbios, quando não controlados pelas autoridades competentes, poderão ocasionar:

I - destruição ou diminuição da confiança do povo nas autoridades constituídas;

II - intimidação ou desgaste do poder legal;

III - perturbação da ordem e do funcionamento das instituições e dos órgãos públicos e privados;

IV - depredação do patrimônio público; e

V - agitação, intimidação ou pânico de toda a população.

Art. 6º Doutrina é um conjunto de princípios que servem de base a um sistema dentro de uma sociedade. Para controle de distúrbios existem duas doutrinas básicas: a doutrina asiática, coreana ou passiva e a doutrina europeia, alemã ou ativa, porém, atualmente, já se admite a chamada doutrina moderna.

Art. 7º Doutrina Asiática ou Coreana é a vertente que emprega seus meios em atitude exaustivamente passiva. Portanto, seu equipamento de proteção individual e o treinamento policial devem ser extremamente eficientes e seguros. Parte-se de um princípio de não reação às agressões sofridas, limitando-se, via de regra, à utilização de meios que impeçam a passagem da turba em determinado local. A reação dá-se somente em último caso, para garantir a integridade física dos policiais ou terceiro.

Art. 8º Doutrina Europeia ou Alemã consiste em repelir, sempre que possível e necessário qualquer injusta agressão ou ameaça ao ordenamento vigente. Assim, as tropas são empregadas com uma indumentária razoável de equipamentos de segurança, o necessário para lhes garantir integridade física até o momento e durante a reação. Verifica-se nestes casos um melhor aparato de dispersão, dispondo de artefatos e mecanismos eficientes para esse.

Art. 9º A Doutrina Moderna nasceu com o advento das tecnologias não letais. Diferente das outras doutrinas tem como princípio primordial diminuir o contato entre a tropa de choque e os manifestantes. Está baseado no novo conceito de atuação, o uso proporcional da força, que utiliza novas tecnologias como os agentes químicos e as munições de impacto controlado de forma condizente. Esta doutrina de emprego das tropas de choque vislumbra o mínimo contato com a turba, mas demanda emprego de equipamento de proteção completo e que garanta flexibilidade e segurança. A distância de confronto deve ser eficiente, segura e suficiente para o correto emprego dos artefatos não letais. Destes fatores resulta a possibilidade de diminuição de enfrentamento corpo a corpo.

Art. 10. O COMAER adota a doutrina moderna para as operações de controle de distúrbios, por ser a que menos expõe a tropa e os manifestantes a riscos de lesões, que poderiam ser causadas por um confronto corpo a corpo.

Seção II

Doutrina de emprego

Art. 11. Como o objetivo principal de uma Operação de Controle de Distúrbios (OCD) é a dispersão da turba, o comandante da fração empregada deve utilizar de técnica e tática adequada ao local, ao número de participantes e ao grau de agressividade da turba. As informações processadas pelos órgãos competentes são vitais para a tomada de decisões pelo comandante da operação.

Art. 12. O conhecimento prévio do local do distúrbio é de suma importância para permitir o deslocamento e a aproximação da tropa por vias de acesso adequadas de modo a assegurar vias de fuga aos manifestantes. Quanto mais caminhos de dispersão forem dados à multidão, mais rapidamente ela se dispersará. A multidão não deve ser direcionada contra obstáculos físicos ou outra tropa, pois ocorrerá um confinamento com consequências violentas e indesejáveis.

Art. 13. Recomenda-se o desembarque fora das vistas dos manifestantes, mas próximo o suficiente, permitindo à tropa a agir rapidamente e sem comprometimento da segurança das viaturas. A finalidade da demonstração de força é provocar um efeito psicológico, a fim de desencorajar os manifestantes de seu intento, pois as formações adotadas passam ideia de organização, disciplina, preparo profissional e confiança na capacidade de ação. A demonstração de força é feita por intermédio da disposição da tropa, em formação disciplinada e com bom contato visual.

Art. 14. Sempre que possível, o comandante da tropa de controle de distúrbios deve, por intermédio de amplificadores de som, alto-falantes das viaturas ou megafones, estimular os manifestantes a abandonarem pacificamente o local. Essa proclamação deve ser feita de modo claro, em termos positivos e incisivos. Os manifestantes não devem ser repreendidos, desafiados ou ameaçados, mas devem sentir a firmeza na decisão de agir da tropa, caso não seja atendida a ordem de dispersão.

Art. 15. O recolhimento de provas trata-se de importante providência a ser tomada durante a operação. Consiste em fotografar ou filmar todos os fatos ocorridos para posterior utilização. A ameaça que tal atitude traz à identidade dos líderes e agitadores, bem como a perda do anonimato, causa forte impacto psicológico pela temeridade de posterior identificação e, dela se apercebendo, os manifestantes deixarão o local.

Art. 16. O emprego de jatos d'água lançados por meio de veículo dotado de canhão d'água pode ser empregados para movimentar e até dispersar a multidão. Tinta inerte e não reativa fisiologicamente poderá ser misturada à água, marcando manifestantes para posterior identificação e aumentando o efeito psicológico.

Art. 17. O emprego de agentes químicos e munições explosivas têm se revelado extremamente eficaz na dispersão de uma turba. Alguns cuidados, no entanto, devem ser tomados como, por exemplo, a verificação da direção do vento (favorável à tropa) e o uso de máscaras de proteção contra gases. O efeito dos agentes químicos varia conforme o grau de intensidade e de sua concentração. Baixas concentrações farão com que a multidão se ponha em fuga enquanto altas concentrações causarão temporariamente cegueira e outros transtornos, como o pânico, o

que dificultará a dispersão da turba e poderá resultar em consequências negativas para a operação. A concentração ideal do agente químico irá variar de acordo com a conformação física do terreno, a área útil e as condições climáticas.

Art. 18. Na doutrina moderna, a carga de cassetete é utilizada para avançar no terreno após a dispersão da maior parte da turba, quando permanecem poucos manifestantes recalcitrantes. Componentes de um tumulto podem desafiar com sucesso as tropas armadas apenas com armas de fogo, pois sabem da hesitação natural que precede o emprego de disparos contra a massa humana. Por outro lado, a presença da tropa empunhando bastões ostensivamente incute respeito, pois os manifestantes e curiosos sabem que os bastões serão usados caso necessário.

Art. 19. Após a dispersão da turba é fundamental a detenção de líderes. Contudo, sabemos que estes são os primeiros a fugir ao avanço da tropa. Daí a necessidade do apoio de outra fração de tropa ocupando terreno imediatamente após a dispersão, com equipes encarregadas dessas detenções. Esta função é exercida basicamente pelo grupo de captura.

Art. 20. Os Atiradores de Scol são dotados de armas de precisão e podem executar a segurança da tropa de controle de distúrbios durante uma operação, desde que possuam um bom campo de tiro. Sem atirar contra a massa, podem neutralizar eventuais franco-atiradores.

Art. 21. O Emprego de Arma de Fogo é uma medida extrema a ser tomada pelo comandante da tropa, só utilizada em último recurso, quando se defrontar com ataques armados, permitindo também a retirada protegida da tropa.

Seção III

Fases comportamentais do coletivo social

Art. 22. Aglomeração é um grande número de pessoas reunidas temporariamente. Geralmente, os membros de uma aglomeração pensam e agem como elementos isolados e não organizados. A aglomeração poderá resultar da reunião acidental e transitória de pessoas, tal como acontece na área comercial da grande cidade em seu horário de trabalho ou nos aeroportos em determinados momentos.

Art. 23. Multidão é uma aglomeração psicologicamente unificada por interesse comum. A formação da multidão caracteriza-se pelo aparecimento do pronome "nós" entre os seus membros, assim, quando um membro de uma aglomeração afirma: "nós estamos aqui por cultura", "nós estamos aqui para prestar solidariedade", ou "nós estamos aqui para protestar" podemos também afirmar que a multidão está constituída e não se trata mais de uma aglomeração.

Art. 24. Uma aglomeração poderá se transformar em uma turba quando a totalidade dos seus membros estabelece um objetivo comum a atingir e manifesta intenção de realizá-lo, sem medir consequências. A transformação poderá ser desencadeada pela alocação convincente e vibrante de um líder popular, pelo aparecimento de uma pessoa de certa importância para conduzir os membros da aglomeração ou pela realização bem-sucedida de um ato de violência. A turba divide-se em três tipos: agressiva, em pânico e predatória.

Art. 25. Turba agressiva é aquela que estabelece um estado de perturbação da ordem e realiza atos de violência, como acontece em distúrbios resultantes de conflitos políticos ou sociais, nos linchamentos ou levante de detentos em penitenciárias. Exemplo: Torcida organizada quebrando a sede do próprio clube.

Art. 26. Turba em pânico é aquela que procura fugir na tentativa de garantir sua segurança. Os seus elementos poderão perder o senso da razão e tal circunstância poderá induzi-los à destruição. O pânico poderá organizar-se de boatos, incêndios e explosões, calamidades etc. Exemplo: Ameaça de bomba.

Art. 27. Turba predatória é a impulsionada pelo desejo de apoderar-se de bens materiais, como é o caso de distúrbios para obtenção de alimentos. Exemplo: saque no CEASA.

Seção IV

Formas de expressão do coletivo social

Art. 28. Manifestação é a demonstração, por pessoas reunidas, de sentimento hostil ou simpático à determinada autoridade ou a alguma condição, movimento econômico ou social. Podem ser pacíficas ou violentas.

Art. 29. Tumulto é o desrespeito à ordem, levado o efeito por várias pessoas, em apoio a um desígnio comum de realizar certo empreendimento, por meio de ação planejada contra quem a elas possa vir a se opor. O desrespeito à ordem é uma perturbação promovida por meio de ações ilegais, traduzidas numa demonstração de natureza violenta ou turbulenta.

Art. 30. Revolução é uma profunda transformação social no poder ou nas estruturas organizacionais públicas ou privadas, de modo progressivo ou repentino, e que pode variar em termos de métodos empregados, duração e motivação ideológica. Pode ter características pacíficas ou violentas e seus resultados propiciam alterações na cultura, economia e no ideário sociopolítico. As revoluções podem ou não possuir mobilização em massa.

Seção V

Fatores que influenciam as transformações no coletivo social

Art. 31. Subversão é o conjunto de ações, de âmbito local, de cunho tático e de caráter predominantemente psicológico que buscam de maneira lenta, progressiva, insidiosa e, pelo menos inicialmente, clandestina e sem violência, a conquista física e espiritual da população sobre a qual são desencadeadas, por meio da destruição das bases fundamentais da comunidade que integra, pela decadência e perda da consciência moral, por falta de fé em seus dirigentes e de desprezo às instituições vigentes, levando-as a aspirar uma forma de comunidade totalmente diferente, pela qual se dispõe ao sacrifício.

Art. 32. Distúrbios são as inquietações ou tensões que tomam a forma de manifestações violentas. São situações que surgem dentro do país decorrentes de atos de violência ou desordens prejudiciais à manutenção da lei e da ordem.

Art. 33. Incidentes ou calamidade pública desencadeados por desastres de grandes proporções ou sinistros. Resulta da manifestação de fenômenos naturais em grau excessivo e incontrolável, como inundações, incêndios, terremotos, tufões, disseminação de substâncias letais, que poderão ser de natureza química, radioativa ou bacteriológica.

Art. 34. Perturbação da ordem pública define-se em sentido amplo aos tipos de ações levadas a efeito por agentes perturbadores da ordem pública que comprometam, prejudiquem ou perturbem a organização social, pondo em risco as atividades e os bens privados e público.

Seção VI

Causas de distúrbios

Art. 35. Os distúrbios podem ser de natureza social ou cultural. Resultantes de conflitos raciais, religiosos, de exaltação provocada por uma comemoração, por um acontecimento esportivo ou por outra atividade social/cultural.

Art. 36. Os distúrbios de origem econômica provêm de desnível entre classes sociais, desequilíbrio econômico entre regiões, divergências entre empregados e empregadores ou resultam de condições sociais de extrema privação ou pobreza, as quais poderão induzir o povo à violência para obter utilidades necessárias à satisfação das suas necessidades essenciais.

Art. 37. Os distúrbios poderão originar-se de lutas político partidárias, divergências ideológicas estimuladas ou não por países estrangeiros ou da tentativa de atingir o poder político por meios não legais.

Art. 38. Calamidades públicas poderão gerar violentos distúrbios entre o povo, pelo temor de sua repetição, pela falta de alimento, de vestuário ou de abrigo ou mesmo em consequência de ações de desordem e pilhagem, levadas a efeito por elementos marginais.

Art. 39. A omissão da autoridade no exercício das suas atribuições poderá originar distúrbios, levados a efeito por grupos de indivíduos induzidos à crença de que poderão violar a lei impunemente.

Seção VII

Fatores psicológicos que influenciam o comportamento dos indivíduos de uma turba

Art. 40. A consciência que os integrantes de uma turba têm do quantitativo de pessoas que a constitui, transmite-lhes uma sensação de poder e segurança.

Art. 41. Nas turbas, por sugestão, as ideias se propagam despercebidas sem que os indivíduos influenciados raciocinem ou possam contestá-las e aceitam, sem discutir, as propostas de um líder influente.

Art. 42. Dissolvido na turba, acobertado pelo anonimato, o indivíduo poderá perder os freios morais e, conseqüentemente, sentir-se-á livre de ser responsabilizado por seus atos, quaisquer que sejam.

Art. 43. Face às circunstâncias novas e desconhecidas, nem sempre o indivíduo reage conforme suas normas de ação habituais. Não encontrando estímulos específicos, que de ordinário controlavam seus atos, deixará de aplicar sua experiência anterior, que costumava guiá-lo na solução dos problemas cotidianos. Seu subconsciente aceita a quebra de rotina normal e acolhe, com satisfação, as novas circunstâncias.

Art. 44. Preconceitos e desejos insatisfeitos, normalmente contidos, expandem-se logo nas turbas, concorrendo como perigoso incentivo à prática de desordens, pela oportunidade que têm os indivíduos de realizarem, afinal, o que sempre almejavam, mas nunca haviam ousado.

Art. 45. O desejo irresistível de imitar o que os outros estão fazendo poderá levar o indivíduo a tornar-se parte integrante de uma turba.

Seção VIII

Ações desencadeadas contra a tropa de choque

Art. 46. Os membros de uma turba sofrem apenas as limitações impostas por seu espírito inventivo e pela capacidade de seus líderes, bem como pela inexistência, ou não, de armas, suprimentos, equipamentos e outros materiais disponíveis. Os líderes poderão ser agentes treinados, agindo com intenção de criar tumulto. O grau de violência de que a turba será capaz dependerá de vários fatores, tais como a espécie de indivíduos que a compõe, o número de pessoas envolvidas, a localização e a causa da perturbação.

Art. 47. São exemplos de ações que podem ser desencadeadas contra a tropa de choque:

I - realização de ofensas contra os elementos encarregados de manter a ordem, como, por exemplo, gestos obscenos ou insultos verbais, visando ridicularizá-la;

II - lançamento de legumes e frutas podres, pedras, garrafas, bolas de gude, pedaços de madeira ou até mesmo coquetel molotov, rojões e bombas improvisadas;

III - construção de barricadas e incendiá-las para evitar o avanço da tropa;

IV - os líderes de uma turba poderão determinar o emprego de armas de fogo contra a tropa, para encorajar a turba na realização de ações mais violentas e ousadas; e

V - os líderes de uma turba poderão colocar à frente dos integrantes crianças ou mulheres, para angariar a simpatia da tropa e desencorajar seu comandante no emprego de agentes químicos.

Seção IX

Tipos de ações em controle de distúrbios

Art. 48. Desinterdição de via é uma ação, que em via de regra é mais simples, quase sempre há vias de fuga para a multidão, que não possui muita disposição em resistir e recomenda-se o uso de munições químicas não letais (local aberto) e munições de impacto controlado.

Art. 49. Reintegração de posse necessita de um planejamento apurado, deve-se iniciar a operação nas primeiras horas da manhã. Verificar itinerários alternativos por conta da possibilidade de barricadas e possui uma dificuldade para utilização de agentes de inteligência.

Art. 50. Manifestação tem, muitas vezes, caráter pacífico, a tropa deve atuar somente em extrema necessidade. Em caso de intervenção deve-se atuar com planejamento, determinando os objetivos a serem cumpridos e necessita de atuação de agentes de inteligência.

Art. 51. Entrada em ambientes confinados é uma atuação bem peculiar, ela possui necessidade específica de equipamentos, utilização conjunta de outros apoios (grupo aéreo, canil, grupo tático, etc.) e treinamento específico.

Art. 52. Ações de choque em aeroportos normalmente não possui vias de fuga, o que dificulta a operação. A quantidade de pessoas é sempre a maior preocupação e a atuação da tropa pode ser um fator agravante da crise, devendo sempre ser feita com critério.

Art. 53. Ações em edifícios requerem coordenação, velocidade, surpresa, planejamento e um amplo conhecimento das instalações físicas. Deve-se conter e isolar o local da invasão impedindo a entrada e saída de pessoas não autorizadas. Se a tropa entrar por baixo,

deve-se dirigir até o último andar. Concomitantemente à subida serão destacadas sentinelas a fim de guarnecerem cada um dos andares. Quando a situação permitir, a tropa desembarcará no topo da edificação e deverá tomar e revistar andar por andar, de cima para baixo. Não se usa munição química, exceção feita aos tubos espargidores de gás pimenta e CS.

CAPÍTULO III

CONTROLE DE DISTÚRBIOS PELA TROPA

Seção I

Conceituação

Art. 54. O controle de distúrbios desenvolve-se preventivamente, buscando a solução pacífica e, pelo princípio de graduação da força, pode evoluir para ações repressivas.

Art. 55. O Pelotão de Controle de Distúrbios (Pel CD), fração básica de emprego em controle de distúrbios, é organizado de forma que cada homem possua uma função definida. Além disso, cada um de seus integrantes possui um número de ordem que visa facilitar a adoção de formações e o controle da tropa.

Art. 56. Funções do efetivo do Pelotão de Controle de Distúrbios:

I - Comandante do Pelotão tem a função de comandar efetivamente o elemento nas ações de controle de distúrbios. Em operações de maior vulto, pode delegar o comando do elemento ao seu auxiliar, enquanto realiza a comunicação com os escalões superiores;

II - Auxiliar do Comandante de Pelotão é o indivíduo que deve estar pronto para substituí-lo em caso de necessidade. Em operações de maior vulto, pode assumir o comando do pelotão enquanto o comandante realiza a comunicação com os escalões superiores. Coordena a atividade dos comandantes de grupo, retransmitindo as ordens do comandante do pelotão;

III - o Comandante de Grupo é o responsável pela correção e orientação da fração sobre seu comando durante as formações de choque, evitando que ocorra isolamento do homem durante a ação e atentando para a agilidade dos movimentos;

IV - Escudeiros são responsáveis, primordialmente, pela proteção do pelotão, com uso do escudo contra as ações desencadeadas pelos oponentes;

V - Granadeiros são responsáveis por lançar as granadas de mão, sendo elas explosivas, mistas ou de emissão, bem como fazer o uso de espargidores;

VI - Lançadores são responsáveis pelo emprego de granadas sendo elas explosivas, mistas ou de emissão, lançadas por artefato próprio, bem como fazer o uso de espargidores;

VII - Atirador é o responsável pelo disparo de munições de impacto controlado mediante determinação de quem estiver no comando;

VIII - Homem Extintor é o responsável pela condução do extintor de incêndios (preferencialmente os de classe ABC) e/ou outros equipamentos contraincêndio;

IX - Rádio Operador é o responsável por manter a comunicação rádio entre o comandante do elemento e o seu escalão superior; e

X - Segurança é o encarregado da segurança do Pel CD, portando uma espingarda gáugio 12 com munição não letal de impacto controlado. Acompanha a tropa durante a ação, sendo encarregado da vigilância da retaguarda.

Art. 57. Equipamentos utilizados pelo Pelotão de Controle de Distúrbios:

I - o escudo antitumulto é confeccionado em material transparente, normalmente feito de policarbonato e resistente a impactos. Deverá fornecer proteção à tropa contra lançamento de objetos executado pelos manifestantes;

II - o escudo balístico visa fornecer proteção à tropa contra lançamento de objetos e até mesmo contra disparos de armas de fogo que possam vir a ser executados pelos manifestantes. Além disso, deverá possuir peso que facilite seu transporte pelo integrante da tropa e viseira frontal que forneça proteção balística similar à fornecida pelo corpo do escudo, a qual facilitará a observação pelo usuário. A proteção balística necessária é de, no mínimo, nível II;

III - a perneira visa fornecer proteção dos joelhos até os pés do integrante tropa contra lançamento de objetos rasteiros que possam vir a ser executados pelos manifestantes. Além disso, deverá prover boa mobilidade ao usuário e permitir seu deslocamento no terreno;

IV - a cotoveleira visa fornecer proteção dos cotovelos do integrante da tropa contra agressões com armas brancas ou lançamento de objetos pelos manifestantes. De modo a complementar a segurança, deverá ser acompanhada de luvas antichamas;

V - o capacete visa fornecer proteção à tropa contra lançamento frontal e oblíquo de objetos que possa vir a ser executado pelos manifestantes, evitando ferimentos e baixas à tropa. Além disso, deve possuir viseira resistente a impactos e que possa prover boa visibilidade ao usuário, facilitando seu deslocamento. De modo a complementar a segurança, o capacete deverá ser acompanhado de balaclava antichamas;

VI - o colete balístico visa fornecer proteção à tropa contra impactos oriundos de disparo de armas de fogo ou lançamento de objetos pelos manifestantes, evitando ferimentos e baixas à tropa. A proteção balística necessária deverá ser de, no mínimo, nível III-A;

VII - a máscara contra gases visa fornecer proteção à tropa contra a inalação de agentes químicos. Além disso, a máscara deverá prover boa visibilidade ao usuário;

VIII - o cassetete destinado à atividade de controle de distúrbios destina-se a fornecer segurança e proteção à tropa contrarreações adversas promovidas pelos manifestantes, bem como facilitar a demonstração de força por parte da tropa. Além disso, deverá possuir peso e tamanho adequados, que facilitem seu transporte e permita o estabelecimento de uma distância mínima de segurança entre o usuário e os manifestantes;

IX - as luvas destinam-se a proporcionar proteção para as mãos e parte do antebraço do operador. Em situações em que existe a possibilidade de incêndio, poderão ser adotadas luvas de **nomex** antichamas; e

X - a balaclava destina-se a proteger das chamas o pescoço e o rosto do operador, complementando a proteção do capacete.

Seção II

Estrutura do pelotão de controle de distúrbios

Art. 58. O efetivo do Pel CD padrão é de 32 (trinta e dois) homens, o qual é composto por uma seção de comando e três Grupos de Choque. O grupo de comando é composto por um comandante, um auxiliar, um rádio operador, um homem extintor e um segurança de retaguarda. Cada grupo de choque é composto de um comandante, um granadeiro, um lançador, dois atiradores e quatro escudeiros.

Art. 59. Em função das condições do local ou de restrições logísticas, o efetivo do pelotão pode ser degradado a até um mínimo de 21 homens. Neste caso, a composição do pelotão será: um comandante, um homem extintor, um segurança de retaguarda, dois comandantes de grupo, doze escudeiros, dois atiradores e dois lançadores. Os dois comandantes de grupo comandam o segundo e o terceiro grupos, além de acumular a função de granadeiro, enquanto o comandante do pelotão acumula o comando do primeiro grupo.

Art. 60. A simbologia utilizada na representação gráfica da tropa de controle de distúrbios se dá pelas letras “A”, “E”, “G”, “S”, “ROp” e “HE”, que devem ser acrescidas de números que forem atribuídos ao efetivo, conforme Figura 1 do Anexo II. Por exemplo: E10 é utilizado para o escudeiro dez.

Art. 61. Toda função dentro da Tropa de Controle de Distúrbios é atrelada a um posto/graduação devido as responsabilidades e funções hierárquicas da operação, conforme disposto na Tabela 1 - Funções/Postos e Graduações Tabela 1, constante no Anexo III.

Art. 62. Tanto no pelotão padrão, quanto no reduzido serão empregados 12 (doze) escudeiros. Em hipótese alguma serão utilizados menos de 12 (doze) escudeiros.

Art. 63. No pelotão padrão serão empregados 06 (seis) atiradores, 03 (três) lançadores, 03 (três) granadeiros, 01 (um) homem extintor, 01 (um) rádio operador e 01 (um) segurança.

Art. 64. Todos os componentes do Pel CD devem vestir colete, perneiras, cotoveleiras, luvas e capacete e balaclava (Figura 2 do Anexo II). O oficial e os sargentos estarão armados de pistola. Os escudeiros empunharão escudo (antitumulto ou balístico). Os granadeiros e lançadores serão dotados de bernal e/ou colete tático, nos quais conduzirão as munições apropriadas, além de portar o armamento necessário ao lançamento daquela munição.

Art. 65. O segurança portará uma espingarda gáugio 12 com munição não letal para proteção à retaguarda da tropa. O homem extintor conduzirá o extintor de incêndio.

Art. 66. Cabos e soldados poderão portar arma de fogo mediante avaliação do comandante da tropa, tendo-se por balizamento o grau de ameaça apurado pela inteligência.

Art. 67. A experiência internacional no controle de massas demonstra que o porte e uso de arma de fogo em ocorrências que envolvam elevado número de pessoas deve ser evitados. Nestas condições, a identificação dos agentes responsáveis por condutas que ameacem a tropa, bem como a disponibilidade de campo de tiro para efetuar disparos seguros ficam bastante prejudicados.

Art. 68. A distribuição dos equipamentos para o pelotão de controle de distúrbios está discriminada conforme Tabela 2, constante no Anexo III.

Seção III

Formações adotadas pelo pelotão de controle de distúrbios

Art. 69. Formações serão adotadas de acordo com a necessidade, levando-se em consideração o terreno, a disposição da massa, seu tamanho e a direção a que se queira encaminhá-la.

Art. 70. Apenas na formação coluna por três, os militares permanecerão com as viseiras levantadas e com os pés lado a lado. Diferentemente do que acontecerá nas demais formações, nas quais os militares permanecerão com as viseiras abaixadas e o pé direito atrás do pé esquerdo, para obter um melhor equilíbrio (posição de boa base).

Art. 71. As formações de emprego serão classificadas em Básicas, Ofensivas e Defensivas, conforme Tabela 3, constante no Anexo III.

Subseção I

Formações Básicas

Art. 72. Coluna por três é a formação básica do Pel CD, utilizada em deslocamentos, enumeração, conferência de efetivo, transmissão de informações sobre a missão ou em formaturas militares. Nessa formação o pelotão estará dividido em três grupos, sendo o 1º central, o 2º a direita e o 3º a esquerda; nesta formação os cassetetes deverão estar desembainhados e o escudo ficará à frente do corpo ou conforme convencionado (Figura 3 do Anexo II).

Art. 73. Coluna por dois é também uma formação básica do Pel CD, utilizada para facilitar a tomada das demais posições, devendo por isso, ser preferida. Estando o elemento na formação por três, ao comando de “Em coluna por dois, marche marche” o 1º grupo se dividirá, deslocando-se os números pares para a direita e os ímpares para a esquerda, infiltrando-se nos 2º e 3º grupos respectivamente, seguindo a ordem numérica do Pel CD. Nesta posição os cassetetes estarão desembainhados e os escudos estarão conforme convencionado pelo comandante da tropa (Figura 4 do Anexo II).

Subseção II

Formações Ofensivas

Art. 74. A formação em linha é a mais utilizada. Serve para fazer recuar a massa ou para dirigi-la através de uma área descoberta ou, ainda, para fazê-la desocupar determinado local. Pode, também, ser empregada para conter a massa ou para bloquear o acesso desta a determinado local, nesta formação, o homem terá que ficar com o pé direito à retaguarda do pé esquerdo, aumentando o seu equilíbrio (Figura 5 e Figura 6 do Anexo II).

Art. 75. Formação em cunha é usada para penetrar e separar a massa, enfraquecendo-a. A disposição dos homens será a mesma da formação em linha quanto à numeração, diferenciando-se apenas quanto à formação na qual os integrantes ficarão. Cada indivíduo ficará à retaguarda e na diagonal, uns dos outros, em ambos os lados (à esquerda e à direita do homem base) todos voltados para a mesma frente (Figura 7 e Figura 8 do Anexo II).

Art. 76. Escalão à direita direciona o movimento da massa à direita. A posição numérica dos militares permanece a mesma da formação em linha, sendo que os integrantes se posicionam à retaguarda direita uns dos outros, com a frente para o mesmo objetivo (Figura 9 e Figura 10 do Anexo II).

Art. 77. Escalão à esquerda direciona o movimento da massa à esquerda. Idêntico ao anterior, porém os integrantes estarão à retaguarda esquerda, uns dos outros (Figura 11 e Figura 12 do Anexo II).

Subseção III

Formações Defensivas Dinâmicas

Art. 78. Na formação Guarda Alta a organização numérica permanece a mesma da formação em linha, os escudeiros protegem a tropa de arremessos em trajetória parabólica. É utilizada diante de intenso ataque de objetos, propiciando maior proteção à tropa. Os escudeiros

dispõem-se ombro a ombro com os escudos oferecendo proteção na parte superior do corpo. O cassetete empunhado pelo escudeiro efetua apoio na parte inferior do escudo e os integrantes da retaguarda o apoiam na parte superior, para garantir maior firmeza. O escudo, nessa formação, ficará ligeiramente inclinado para trás (Figura 13 do Anexo II).

Art. 79. Na formação Guarda Alta Emassada a organização numérica permanece a mesma da formação em linha, mantendo-se as posições do corpo e do escudo, os três escudeiros de cada extremidade irão recuar formando uma proteção nas diagonais, em formação semelhante a uma meia lua. Os escudeiros protegem a tropa de arremessos em trajetória parabólica num ângulo de 180º, possibilitando o deslocamento do Pel CD (Figura 14 do Anexo II).

Art. 80. Na formação Escudos ao Alto todos os escudeiros protegem a tropa de arremessos que venham de cima, enquanto os demais integrantes infiltram-se sob a cobertura. Geralmente é formada em coluna por dois, podendo, também, ser formada em coluna por três. Opcionalmente a parte frontal da formação pode ser guarnecida por um atirador ou lançador, garantindo assim a segurança também à frente da formação (Figura 15 e Figura 16 do Anexo II).

Art. 81. A formação Escudos Acima difere da formação anterior apenas em relação à vanguarda do Pel CD, que será protegida pelos escudeiros nº 1 e nº 2 (Figura 17 do Anexo II).

Subseção IV **Formações Defensivas Estáticas**

Art. 82. Na formação Guarda Baixa a organização numérica permanece semelhante à formação em linha, alternando a posição dos atiradores com os respectivos comandantes de grupo. Os escudeiros dispõem-se ombro a ombro, agachados, com os escudos oferecendo proteção a todo o corpo. Aqui o escudo tocará o solo, e o cassetete empunhado pelo escudeiro apoiará a parte superior do escudo, ficando seu pé esquerdo encostado no escudo para dar maior firmeza. Tal formação defensiva caracteriza-se pela rapidez na execução e na adoção de uma formação de proteção. No entanto, oferece uma proteção mitigada e vulnerável. Poderá ser utilizada, por exemplo, quando a tropa, utilizando escudo balístico, sofrer um ataque por disparo de arma de fogo, e não se conseguir identificar a posição do atirador (Figura 18 e Figura 19 do Anexo II).

Art. 83. A posição de Guarda Baixa Emassada é adotada a partir da posição anterior, os três Escudeiros da extremidade da direita e os três da extremidade da esquerda se posicionam acima de outros seis, que permanecem agachados. Os escudeiros das extremidades permanecerão de pé, por trás de cada um dos demais, mantendo seus escudos encaixados nos de baixo (**Erro! Fonte de referência não encontrada.** e Figura 21 do Anexo II).

Art. 84. Embora este dispositivo promova maior proteção à tropa, impede totalmente sua mobilidade, devendo ser empregado por curtos períodos, como por exemplo, no socorro de militares feridos durante a ação.

CAPÍTULO IV **COMANDOS DO PELOTÃO DE CONTROLE DE DISTÚRBIO**

Seção I **Comandos por voz**

Art. 85. Os comandos por voz possuem, em geral, três tempos:

- I - Advertência;
- II - comando propriamente dito; e
- III - execução.

Art. 86. O comando propriamente dito subdivide-se em:

- I - Posição;
- II - Frente; e
- III - formação.

Art. 87. Ressalta-se que, embora a sequência durante o comando seja de posição, frente e formação, durante a execução, a tropa primeiro muda a frente e depois se desloca ao local, adotando a formação comandada. Isto ocorre para que desde o primeiro momento o efetivo já conte com a proteção dos escudos.

Art. 88. Nas formações ofensivas e defensivas, conforme a velocidade de deslocamento necessária, a voz de execução será: “Marche!” (140 passos por minuto) ou “Marche, Marche!” (180 passos por minuto), conforme Exemplos 1 a 4 abaixo:

§ 1º Exemplos 1:

- I - Advertência:
 - a) “Tropa!”;
- II - Comando propriamente dito;;
 - a) Posição:
 - 1. “10 metros à frente,”;
 - b) Frente:
 - 1. “frente à esquerda,”;
 - c) Formação:
 - 1. “em linha”; e
- III - Execução:
 - a) “Marche, marche!”.

§ 2º Exemplo 2:

- I - Advertência:
 - a) “Tropa!”;
- II - Comando propriamente dito;;
 - a) Posição:
 - 1. “05 passos em frente”;
- III - Execução:
 - a) “Marche, marche!”; e
- IV - Observa-se que, neste caso, não se deseja mudar a frente e a formação.

§ 3º Exemplo 3:

- I - Advertência:

a) “Tropa!”;

II - Comando propriamente dito;

a) Posição:

1. “05 metros à direita,”;

b) Frente:

1. “frente à direita,”;

c) Formação:

1. “guarda baixa emassada”; e

III - Execução: “Marche, marche!”.

§ 4º Exemplo 4:

I - Advertência:

a) “Tropa!”;

II - Comando propriamente dito;

a) Posição:

1. “10 metros à frente,”;

b) Frente:

1. “frente à direita,”;

c) Formação:

1. “guarda baixa emassada”; e

III - Execução: “Marche, marche!”.

Seção II Deslocamentos

Art. 89. Para demonstração de força:

I - Advertência:

a) “Tropa!”;

II - Comando propriamente dito:

a) “XX passos em frente”; e

III - Execução:

a) “Marche!”.

Art. 90. Ao comando de “XX de passos em frente”, os escudeiros abrirão espaço suficiente para passarem o braço direito entre os escudos e unirão os calcanhares. Após o comando de execução, a fração iniciará o deslocamento batendo com o cassetete no escudo e bradará “Choque!” toda vez que o pé esquerdo tocar o solo.

Art. 91. Quando o comando for dado sem especificação dos passos, o comando propriamente dito será “Ordinário”. Desta maneira, após comando de execução a fração iniciará o deslocamento batendo com o cassetete no escudo e bradará “Choque!” toda vez que o pé

esquerdo tocar o solo. Para interromper o deslocamento, o comandante da fração comandará nova advertência, momento em que a fração cessará o brado e a batida de cassetetes nos escudos; após o comando de “Alto” a fração ao término do deslocamento, bradará “Choque!” e cerrará o espaço entre os escudos.

Art. 92. Tomada de terreno:

I - Advertência:

a) “Tropa!”;

II - Comando propriamente dito/execução:

a) “em ... frente”;

III - Nova advertência:

a) “Tropa!”; e

IV - Comando propriamente dito:

a) “Alto”.

Art. 93. Ao comando de “em frente”, os escudeiros unirão os calcanhares. Após o comando de execução, a fração iniciará o deslocamento de maneira que o pé esquerdo sempre irá à frente e o pé direito dele se aproximará, sem ultrapassar, e assim sucessivamente. Será bradado “Choque!” toda vez que o pé esquerdo tocar o solo.

Art. 94. Carga de cassetetes:

I - Advertência:

a) “Tropa!”;

II - Comando propriamente dito:

a) “Para a carga de cassetete ... posição!”; e

III - Execução:

a) “Carga!”.

Art. 95. Para a carga de cassetete, o comando normalmente é dado a partir da formação “em linha”.

Art. 96. Após a voz de advertência, os escudeiros abrem espaços entre si, suficiente para passar o braço direito. Em seguida, ao ouvirem o comando propriamente dito, os escudeiros, juntam seus calcanhares com energia, voltando para a posição inicial, erguendo seus cassetetes acima da cabeça e gritam: “Choque!”.

Art. 97. Antes da voz de execução, o comandante poderá especificar a distância que a tropa avançará, como a seguir:

I - Advertência:

a) “Tropa!”;

II - Comando propriamente dito:

a) “Para a carga, posição!”; e

III - Execução:

a) “A cinco metros, carga!”.

Art. 98. Na sequência, a tropa inicia seu deslocamento em direção à multidão, avançando a distância estabelecida pelo comandante, sem perder a formação inicial.

Art. 99. Caso o comandante opte por não especificar a distância a avançar ou qualquer referência no terreno que possa delimitar o deslocamento da tropa, deverá se pôr à retaguarda do escudeiro 01 e acompanhá-lo durante a carga, fazendo-o parar no local que julgue necessário, obrigando todo pelotão a cessar o deslocamento.

Seção III

Comandos por gestos

Art. 100. São empregados isoladamente ou juntamente com os comandos por voz e são muito úteis quando a tropa estiver utilizando máscaras contra gases, quando o comandante do Pel CD estiver distante ou quando o excesso de ruído torne os comandos por voz impraticáveis.

Art. 101. O comandante, sob a segurança dos escudeiros 01 e 02, à frente e de costas para a tropa, deverá se postar voltado para o objetivo. Seu simples posicionamento no terreno será suficiente para indicar tanto a posição quanto à frente do Pel CD na nova formação. Os demais integrantes completam a formação a partir deste.

Art. 102. O comandamento por gestos atua também no psicológico das massas, uma vez que demonstra organização e adestramento da tropa.

Art. 103. Da mesma forma que ocorre com os comandos por voz, os comandos por gestos são dados em três tempos: advertência, comando propriamente dito e execução.

Art. 104. A advertência é o sinal é caracterizado pela extensão do braço direito para cima, com a mão espalmada para frente, indicando a posição do pelotão (Figura 22 do Anexo II).

Art. 105. O comando propriamente dito é representado por gestos correspondentes à formação desejada, conforme ilustrado no anexo II:

I - Formação por dois: Estender o braço direito para cima e completar o movimento estendendo os dedos indicador e médio. Os dedos polegar, anular e mínimo ficam fechados, encostados à palma da mão (Figura 23 do Anexo II);

II - Formação por três: Estender o braço direito para cima e completar o movimento estendendo os dedos indicador, médio e anelar. Os dedos polegar e mínimo ficam fechados, encostados à palma da mão (Figura 24 do Anexo II);

III - Formação em linha: Levantar ambos os braços para o lado, na horizontal. Com os braços e mãos estendidos, as palmas das mãos voltadas para baixo (Figura 25 do Anexo II);

IV - Formação em escalão à direita: Estender o braço direito para o lado e para baixo, e o braço esquerdo para o lado e para cima, de forma que formem um ângulo de 45° com a horizontal. As palmas de ambas as mãos devem estar voltadas para baixo (Figura 26 do Anexo II);

V - Formação em escalão à esquerda: Estender o braço esquerdo para o lado e para baixo, e o braço direito para o lado e para cima, de forma que forme um ângulo de 45° com a horizontal. As palmas de ambas as mãos devem estar voltadas para baixo (Figura 27 do Anexo II);

VI - Formação em cunha: Erguer os braços acima da cabeça, com os cotovelos dobrados 90°. Com as mãos espalmadas, juntar as pontas dos dedos. As palmas das mãos ficam voltadas para dentro (Figura 28 do Anexo II);

VII - Guarda baixa: Estender o braço direito a 45º com o corpo com a mão espalmada e paralela ao solo, movimentar da esquerda para a direita e vice-versa (Figura 29 do Anexo II);

VIII - Guarda baixa emassada: Utilizar o comando de guarda baixa e antes de efetuar o comando de execução, colocar o braço direito ao lado do corpo e, com vivacidade, flexionar o antebraço para cima e para baixo por três vezes (Figura 30 do Anexo II);

IX - Guarda alta: Estender o braço direito à frente e o movimentar da esquerda para a direita e vice-versa. A palma da mão fica voltada para a frente, com os dedos estendidos para cima (Figura 31 do Anexo II);

X - Guarda alta emassada: Utilizar o comando de guarda alta e antes de efetuar o comando de execução, executar por três vezes o comando de guarda baixar emassada;

XI - Escudos ao alto: O comandante, com a mão direita espalmada, faz dois movimentos acima de sua cabeça, da frente para trás, com a palma da mão voltada para seu corpo (Figura 32 do Anexo II);

XII - Escudos acima: O comandante com a mão espalmada, faz dois movimentos com os braços na frente de seu corpo, de cima para baixo e posteriormente executa comando igual ao de “escudos ao alto” (Figura 33 do Anexo II);

XIII - Carga de cassetete: Com a mão espalmada e braço estendido acima do corpo, o comandante faz movimentos circulares acima de sua cabeça (preparar para a carga, para a carga posição) após, com o braço estendido e a mão espalmada, voltada para frente, num movimento de cima para baixo à frente de seu corpo, abaixa seu braço vigorosamente, dando início a carga de cassetetes (Figura 34 do Anexo II); e

XIV - Execução: Consiste no movimento de punho cerrado de cima para baixo, uma ou mais vezes, sendo marche: um movimento de cima para baixo ou marche-marche: dois movimentos de cima para baixo (Figura 35 do Anexo II).

CAPÍTULO V

ESQUADRÃO DE CONTROLE DE DISTÚRBIOS

Seção I

Composição

Art. 106. A Esquadrão de Controle de Distúrbios é formada por, no mínimo dois e, no máximo, quatro pelotões. Adota formações a partir de um pelotão base, as quais são complementadas pelos demais pelotões na forma de apoio.

Art. 107. No momento da ativação do Esquadrão, deverá ser inserido um grupo de comando composto de pelo menos um comandante de Esquadrão e um rádio operador.

Art. 108. Basicamente, havendo um pelotão em apoio este sempre se colocará à direita do pelotão base. Havendo dois pelotões de apoio, o primeiro colocar-se-á à direita e o segundo à esquerda do elemento base.

Seção II

Formações de Apoio

Art. 109. A formação de Apoio Lateral visa dar proteção às extremidades do pelotão apoiado. O pelotão de apoio divide-se, sendo que os integrantes do 2º grupo e os números pares do 1º grupo formam uma coluna por um na extremidade direita do pelotão base e o 3º grupo e os números ímpares do 1º grupo adotam o mesmo procedimento ao lado esquerdo (Figura 36 do Anexo II).

Art. 110. O procedimento acima é adotado independente da formação do pelotão base; se mais de um pelotão for apoiar, estes não devem se dividir, formando, cada um, uma coluna nas extremidades.

Art. 111. Na formação de apoio lateral, os escudeiros dos pelotões de apoio manterão os escudos voltados para frente do deslocamento da tropa.

Art. 112. A formação de Apoio Complementar é utilizada Quando da necessidade de se ampliar a frente de ação, um ou dois pelotões podem ser utilizados para complementar o 1º pelotão (Figura 37 do Anexo II).

Art. 113. A formação de Apoio Cerrado visa reforçar a formação do pelotão base. O pelotão de apoio adota a mesma formação do pelotão base, porém atrás e nos intervalos (Figura 38 do Anexo II).

Art. 114. A formação Apoio Central visa manter a reserva do comandante do esquadrão em condições de pronto emprego como apoio ou em ações isoladas. O pelotão de apoio permanece em coluna por três à retaguarda do pelotão base (Figura 39 do Anexo II).

Art. 115. A formação de Apoio Lateral, Frente Lateral visa dar proteção às extremidades dos pelotões, principalmente nas atuações em áreas edificadas, nas quais existe risco de arremessos ou de disparos pelas laterais da tropa. O pelotão de apoio divide-se, sendo que os integrantes do 2º grupo e os números pares do 1º grupo formam uma coluna por um na extremidade direita do pelotão base, já o 3º grupo e os números ímpares do 1º grupo adotam o mesmo procedimento ao lado esquerdo, com a frente do escudo voltada para as laterais do pelotão base.

Art. 116. O procedimento acima é adotado independente da formação do pelotão base. Se mais de um pelotão for apoiar, estes não devem se dividir, formando cada um uma coluna nas extremidades.

Art. 117. Se observado o posicionamento do efetivo (Figura 40 - Representação gráfica do esquadrão na formação em linha com apoio lateral, frente lateral do Anexo II), verifica-se que o dispositivo adotado é o mesmo ilustrado para representar o elemento em apoio lateral (Figura 36 do Anexo II). A diferença entre as duas formações é que no “Apoio Lateral” o pelotão em apoio está com a frente voltada para a mesma direção que o pelotão apoiado, enquanto no “Apoio Lateral, Frente Lateral”, o pelotão em apoio está com a frente voltada para os flancos do pelotão apoiado, promovendo sua proteção.

Seção III

Comandos do Esquadrão de Controle de Distúrbios

Subseção I

Considerações iniciais

Art. 118. Os comandos para as formações podem ser dados por meio da voz ou por gestos, podendo ambos ser utilizados de forma isolada ou conjunta.

Art. 119. O comandante deve se preparar para a ação, preestabelecendo comandos e os treinando com sua tropa, a fim de facilitar o entendimento e a execução das formações, em especial, as formações do esquadrão.

Art. 120. O comandamento pode ser feito extensivamente, detalhando-se ao máximo o que deve ser realizado por cada pelotão ou sinteticamente, empregando-se o detalhamento reduzido das ordens. O primeiro método é o mais indicado por ser mais claro, evitando erros e confusões, principalmente, para as tropas que possuam pouco treinamento. O segundo é muito útil e bastante operacional, porém requer um treinamento rotineiro.

Art. 121. Durante o comandamento do esquadrão, devem ser observados alguns princípios:

I - o comandante deve dispor a tropa no terreno levando em consideração a continuidade do comandamento;

II - o comandante deve evitar confusões e movimentações desnecessárias;

III - cada pelotão deve ser visto de forma isolada, mesmo quando estiver trabalhando em grupos de pelotões; e

IV - sempre que o pelotão formar em coluna por três, este deverá adotar sua formação numérica original, independentemente da formação numérica dos demais pelotões.

Subseção II

Comandos por voz

Art. 122. Os comandos seguem os mesmos princípios do Pelotão de Controle de Distúrbios, conforme pode ser visto no exemplo a seguir:

I - Advertência:

a) “Atenção esquadrão, 1º pelotão!”;

II - Comando propriamente dito:

a) Posição:

1. “10 metros à frente,”;

b) Frente:

1. “frente à esquerda,”;

c) Formação:

1. “em linha”;

III - Advertência:

a) “Atenção esquadrão, 2º pelotão!”;

IV - Comando propriamente dito:

a) Posição:

1. “em apoio lateral,”; e

V - Execução:

a) “Marche, marche!”.

Subseção III

Comandos por gestos

Art. 123. Os comandos são os mesmos empregados para o Pelotão de Controle de Distúrbios, acrescentando-se gestos específicos utilizados no tempo 2 (comando propriamente dito) para indicar o posicionamento do apoio:

I - apoio lateral: colocar os braços levantados, com a palma das mãos voltadas para o corpo (Figura 41 do Anexo II);

II - apoio complementar: partindo de o comando de apoio lateral flexionar e estender os braços na lateral e horizontal (Figura 42 do Anexo II);

III - apoio cerrado: bater a palma da mão esquerda com o punho cerrado da mão direita, acima da cabeça (Figura 43 do Anexo II);

IV - apoio central: bater as pontas de três dedos da mão direita na palma da mão esquerda, sobre a cabeça (Figura 44 do Anexo II);

V - apoio lateral, frente lateral: colocar os braços na lateral, paralelamente ao solo, e os antebraços na vertical, perpendiculares ao solo, posteriormente com os braços semiflexionados na meia altura lateral do corpo (Figura 45 do Anexo II); e

VI - a posição e a frente do pelotão serão determinadas pelo simples posicionamento do comandante de esquadrão no terreno.

CAPÍTULO VI

TÁTICAS DE CONTROLE DE DISTÚRBIOS

Seção I

Premissas básicas

Art. 124. O controle de uma turba requer técnica adequada e constante treinamento. A tropa deve estar preparada para enfrentar uma situação em que, frequentemente, é superada em quantidade de pessoal. É importante que o efetivo seja informado a respeito da missão, do espaço físico, das particularidades sobre os manifestantes e os objetivos a serem alcançados, favorecendo a possibilidade de melhores resultados e aumentando o grau de segurança da tropa.

Art. 125. A tática de emprego, aliada a uma técnica refinada, com o apoio de fatores psicológicos favoráveis, permitirá o cumprimento da missão. Deve-se ter sempre em mente que o objetivo principal de uma tropa de choque é a dispersão da turba, não sua detenção ou

confinamento. A dispersão deve ser calculada de tal forma que dificulte ou desanime os manifestantes a outra reunião imediata.

Art. 126. As reuniões pacíficas, legais e autorizadas, mesmo com a possibilidade de transformação decorrente dos diversos fatores como, por exemplo, a exaltação, não devem ser acompanhadas preventivamente no local da ocorrência pela tropa especializada em controle de distúrbios. A perda do impacto psicológico favorável na chegada repentina de uma tropa de choque acarretará maiores dificuldades na dispersão da turba.

Art. 127. É altamente recomendável que a tropa de choque permaneça longe das vistas dos manifestantes, porém em local que permita acesso à turba, permitindo rapidez e forte fator psicológico quando de sua chegada.

Art. 128. O acompanhamento da manifestação, enquanto não necessário ou não permitido o emprego da tropa de choque, deve ser executado pela tropa de Polícia de Aeronáutica (PA) normalmente empregada em policiamento ostensivo. Esse policiamento permanecerá a postos até que, por falta de meios e armamentos adequados, efetivo ou outras razões, não possa mais executar o controle da situação. Nestes casos, a tropa de choque deverá ser acionada de forma intempestiva por determinação superior. Para tanto, seu posicionamento nas proximidades será de grande valia.

Art. 129. O policiamento ostensivo que se retirou do quadro tático ao início da atuação da tropa de choque deve ficar a postos para pronta ocupação da área física do conflito, bem como para proceder à detenção de líderes, enquanto aquela tropa se reorganiza para a possibilidade de um novo emprego.

Art. 130. É necessário haver uma fração de tropa de PA em condições de apoiar a tropa de choque, seja para realizar a segurança armada (visto que a segurança à retaguarda emprega munição não letal), seja para cumprir alguma demanda que venha a surgir durante a ação.

Art. 131. A ação de dispersão exige um planejamento rápido e adequado ao local, com todas as frações da tropa de choque empregadas agindo de forma conjunta.

Art. 132. A tropa de choque não deve ser empregada como cordão de isolamento, uma vez que, pela sua característica, tem como missão dispersar a turba.

Art. 133. A ação do conjunto em OCD é fator de primordial importância, por esta razão não se admite o emprego da tropa em fração menor que 01 (um) pelotão de CD.

Art. 134. Mesmo quando a tropa de choque está atuando em conjunto com outra tropa, a ação específica de controle de distúrbios ficará a cargo da autoridade de maior patente daquela tropa (choque).

Art. 135. As formações defensivas somente devem ser adotadas pelo tempo necessário à imediata proteção, socorro etc.

Art. 136. No caso de ataque por arma de fogo, a formação que mais rápido dará uma proteção à tropa de choque é a guarda baixa, tendo em vista a redução da silhueta e a proteção dada pelos escudos balísticos.

Art. 137. O escudo balístico deve ser considerado no planejamento da missão, levando em consideração a natureza da manifestação, local, probabilidade de ocorrências e informes de inteligência. Recomenda-se que este equipamento seja levado na viatura de apoio para ser utilizado caso a violência da turba evolua.

Art. 138. Quando as atuações forem em área rural, deve-se atentar para vias de acesso, possibilidade de emboscadas, disposição do terreno, tipo de solo, tipo de mata e presença de animais, entre outros.

Seção II

Atuação da tropa de controle de distúrbios

Art. 139. A tática a ser adotada dependerá de diversos fatores, contudo, tendo em vista os objetivos estabelecidos, o emprego da tropa de choque pode ser relacionado em uma ordem de prioridade, por intermédio do uso escalonado da força e meios. Didaticamente, essa ordem de prioridade é apresentada abaixo. Convém apontar que a sequência aqui apresentada pode ser alterada para fazer face aos distintos fatores que influenciam no perfil de cada situação. Cabe ao comandante da fração empregada avaliar sua adequação ao cenário vigente. Deve ser seguida a seguinte prioridade do emprego de meios:

I - vias de fuga;

II - demonstração de força;

III - ordem de dispersão;

IV - recolhimento de provas;

V - emprego de agentes químicos, munições explosivas e munições de impacto controlado emprego de água;

VI - carga de cassetete;

VII - detenção de líderes;

VIII - atiradores de escol; e

IX - emprego de arma de fogo.

Art. 140. Apesar de estarem contempladas nas prioridades de emprego de meios, o uso de atiradores de escol e o emprego de armas de fogo não são táticas alternativas da tropa de choque.

Seção III

Princípios fundamentais da tropa de controle de distúrbios

Art. 141. São princípios fundamentais da tropa de controle de distúrbios:

§ 1º Indivisibilidade: cada tropa de choque é indivisível, pois a ação conjunta e coordenada dos meios existentes num pelotão possibilita a dispersão de uma turba, porém o fracionamento desta tropa enfraquece a sua ação, dificultando o cumprimento da missão.

§ 2º Segurança: a segurança da tropa de choque é o principal fator para obter o êxito em qualquer operação. Quando um militar é atingido, a tropa se mostra vulnerável aos olhos do antagonista. Deve-se ressaltar que quando ocorre alguma baixa na tropa, também poderá ocorrer um descontrole emocional de parte ou da totalidade de seu efetivo, alterando drasticamente a conduta da tropa de choque e de quem o comanda no momento. Portanto, a segurança é fator de grande importância para o sucesso de qualquer OCD.

§ 3º Conhecimento: o integrante da tropa de choque não deve se limitar a cumprir seus objetivos sem conhecer suas implicações legais e possíveis desdobramentos que possam

ocorrer. Deve conhecer a missão como um todo, zelando sempre pelos pontos principais e que ofereçam mais riscos.

§ 4º Embarque e Desembarque: o embarque e o desembarque das viaturas fazem parte do contexto tático de uma OCD e, quando realizados às vistas dos manifestantes, devem ser executados de tal forma que já sirvam como demonstração de força. Deve ocorrer apenas mediante ordem do comandante, é uma forma de deixar bem claro que, como um todo, só age mediante ordem de seu comandante. É recomendado que o desembarque seja feito longe das vistas dos manifestantes, todavia nem sempre isso é possível, decorrendo daí a necessidade de treinamento.

§ 5º Visibilidade: a atuação deve ocorrer somente quando houver visibilidade do terreno e do antagonista. Este ponto, na realidade, é uma forma de o comandante da tropa de choque analisar até onde tem o efetivo sob seu total controle e de planejar suas ações.

§ 6º Legalidade: como já é sabido por todos, os militares não se envolvem em questões de ordem política ou de caráter social. O que nos deve mover é a proteção de vidas, dignidade e integridade física dos envolvidos, além da proteção do patrimônio, proporcionando com isso a restauração dos direitos individuais de todo cidadão e da sociedade, que hora se veem ameaçados.

§ 7º Distância: a distância da turba deve ser mantida, se não for observado este princípio, haverá contato físico entre as partes, que em grande parte dos casos é desnecessário e dificulta a dispersão da turba. Experiências anteriores mostram que o contato próximo entre a tropa de choque e o oponente pode resultar em enfrentamento pessoal, com severos riscos à integridade física de todos os envolvidos e depredação do patrimônio.

§ 8º Surpresa: a tropa de choque deve permanecer aquartelada ou de prontidão próximo do local da ação, aguardando acionamento. Quando acionada, a tropa deve se dirigir para o local determinado, pronto para iniciar a operação de controle de distúrbios. O efeito surpresa do desembarque da tropa já é uma demonstração de força e demonstra claramente que a manifestação está fugindo da legalidade. Os cidadãos que querem continuar na legalidade já se dispersarão naturalmente. A tropa de choque não pode trabalhar no policiamento ostensivo, pois isto desgasta a tropa, tanto física como mentalmente. A tropa de choque, atuando como policiamento ostensivo, não permite o efeito surpresa da chegada, enfraquecendo a demonstração de força.

§ 9º Emprego de meios: priorizar o emprego de meio é tão importante que tal assunto pauta toda a ação de uma tropa de choque e norteia toda a sua doutrina de emprego de forma proporcional, coerente e profissional.

Seção IV

Deslocamentos durante a ação

Art. 142. Durante a ação de controle de distúrbios, o deslocamento da tropa pode ocorrer em todas as formações, com exceção das defensivas estáticas. Na tomada do dispositivo de qualquer formação, deve ser observada a cadência de passo acelerado - 180 passos por minuto. Depois de configurada a formação desejada, a cadência para o deslocamento da tropa deve ser superior à do passo ordinário - cerca de 140 passos por minuto. Ressalvam-se apenas os deslocamentos para carga de cassetete, quando a cadência também será a do passo acelerado.

Seção V

Caminhão tropa

Art. 143. Neste tipo de viatura, o embarque e o desembarque são realizados por uma única saída localizada na traseira do veículo.

Art. 144. Estando o Pel CD por três, ao comando de “preparar para embarcar”, deverá formar por dois e passar o cassetete para a mão que empunha o escudo. Em seguida, ao comando de “embarcar”, deverá fazer frente à retaguarda e deslocar-se ordenadamente em passo acelerado para o embarque.

Art. 145. Estando o Pel CD embarcado, ao comando de “preparar para desembarcar”, os militares deverão pegar seus materiais de porte. Em seguida, ao comando de “desembarcar”, irão se colocar em forma por dois, do lado direito da viatura. A referência é a frente da viatura.

Art. 146. Se o comandante do Pel CD desejar que a tropa adote outra posição, frente ou formação, antes de comandar deverá desembarcar e informar à tropa qual posição, frente e formação deverão ser tomadas.

Art. 147. Durante o embarque e o desembarque, o auxiliar e o segurança, bem como os atiradores 20 e 21, deverão fazer a segurança.

Seção VI

Equipe de captura

Art. 148. Além da formação básica do pelotão de CD, poderá incorporar-se ao mesmo uma equipe para realizar a captura dos líderes da manifestação, bem como o resgate de algum militar que houver se afastado do grupo por fatores adversos. A equipe de captura, composta por um cabo e três soldados, utilizará os mesmos equipamentos de proteção individual do elemento CD, acrescido de espargidores.

Art. 149. Ao ser identificado algum líder da manifestação, a equipe de captura, quando comandado pelo Cmt do pelotão, irá realizar a sua detenção. Essa captura só poderá ser realizada quando houver condição de o grupo apreender e retornar em segurança, o que normalmente ocorre no início da dispersão.

Seção VII

Emprego de cães

Art. 150. A integração de cães à tropa de choque agrega alto poder de intimidação, com reflexos diretos no campo psicológico, despertando o temor nas pessoas em geral. Entretanto, a tropa de cães não deve ser empregada isoladamente no controle de distúrbios, carecendo da proteção coletiva proporcionada pelos escudos. Desta forma, os cães atuarão sempre em apoio a tropa de Controle de Distúrbios.

Art. 151. Em geral, cada pelotão de CD recebe dois cães, com seus condutores. Os cães são utilizados principalmente nas laterais do pelotão, ampliando sua frente ofensiva e protegendo seus flancos da penetração de membros da turba.

Art. 152. Nos esquadrões de CD, o efetivo de cães pode variar de dois até seis indivíduos, posicionados nas laterais e, inclusive, na posição central, logo à retaguarda da linha de

escudeiros. Neste caso, será necessário o emprego de comando específico para abrir o dispositivo dos escudeiros, permitindo o avanço dos cães até a frente.

Art. 153. Face ao elevado nível de ruído e ao alto grau de excitação dos cães, intensifica-se a necessidade de maior clareza e objetividade dos comandos emitidos para a tropa. Os condutores deverão ter sua atenção redobrada, a fim de manter o controle sobre os cães sem perder o acompanhamento das ordens emitidas pelo comandante da tropa.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 154. Os casos não previstos neste Manual deverão ser submetidos à apreciação do Comandante de Preparo.

Art. 155. As sugestões para aperfeiçoamento deste documento são estimuladas e deverão ser encaminhadas ao COMPREP, via cadeia de comando.

ANEXO II FIGURAS



Figura 1 - Simbologia da Representação Gráfica



Figura 2 - Equipamento básico do combatente componente do Pel CD

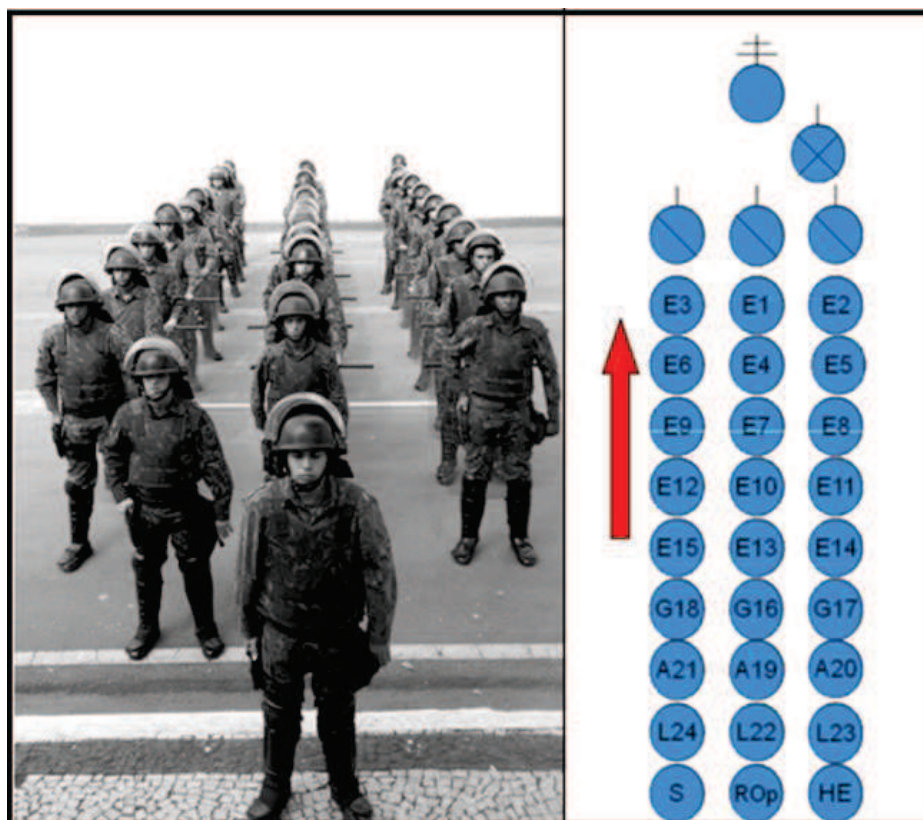


Figura 3 - Pelotão em coluna por três

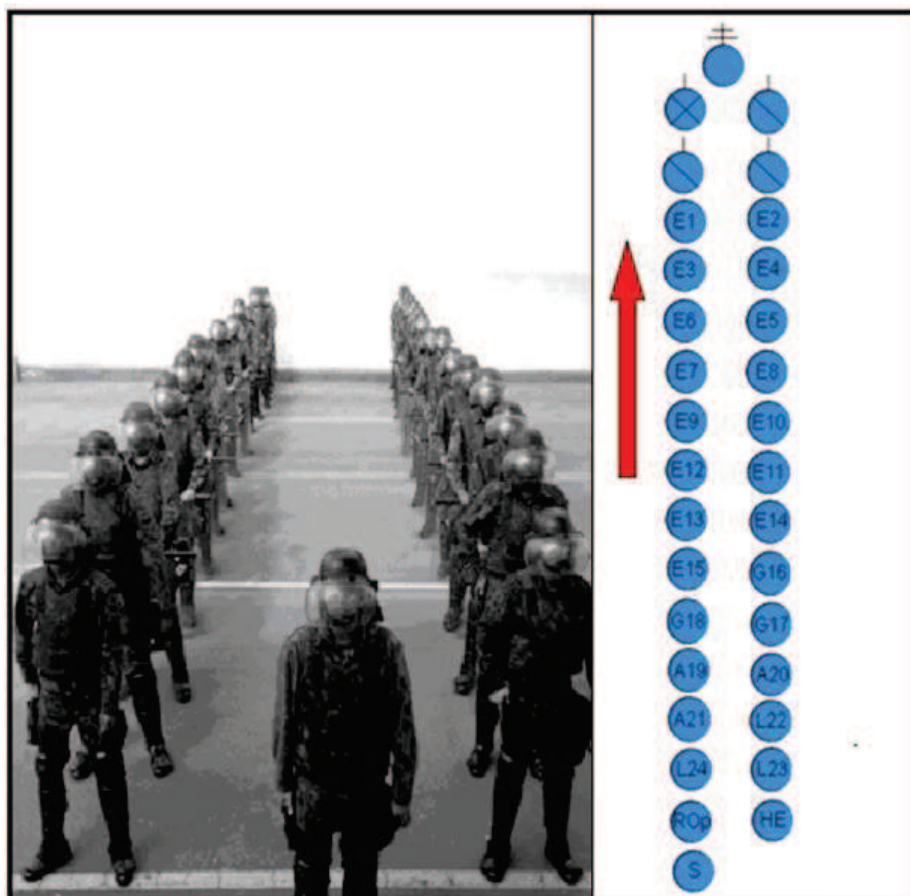


Figura 4 - Pelotão em coluna por dois



Figura 5 – Pelotão em linha

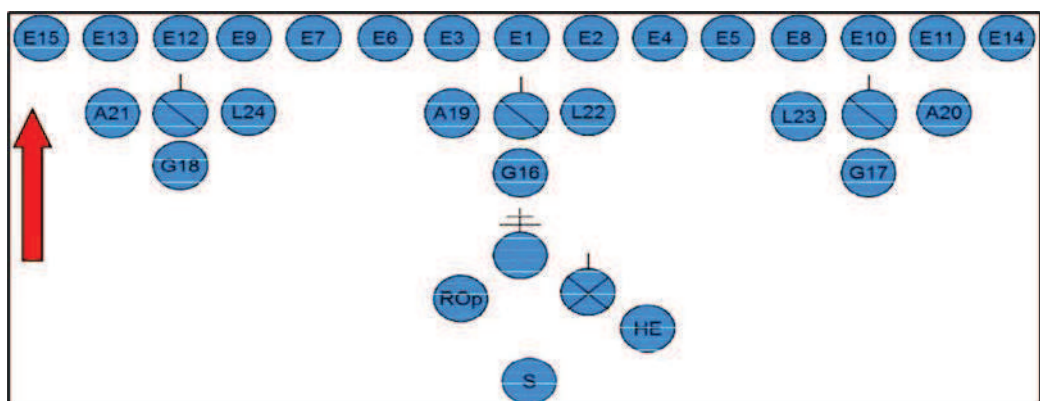


Figura 6 - Representação gráfica do Pelotão em linha



Figura 7 - Pelotão em cunha

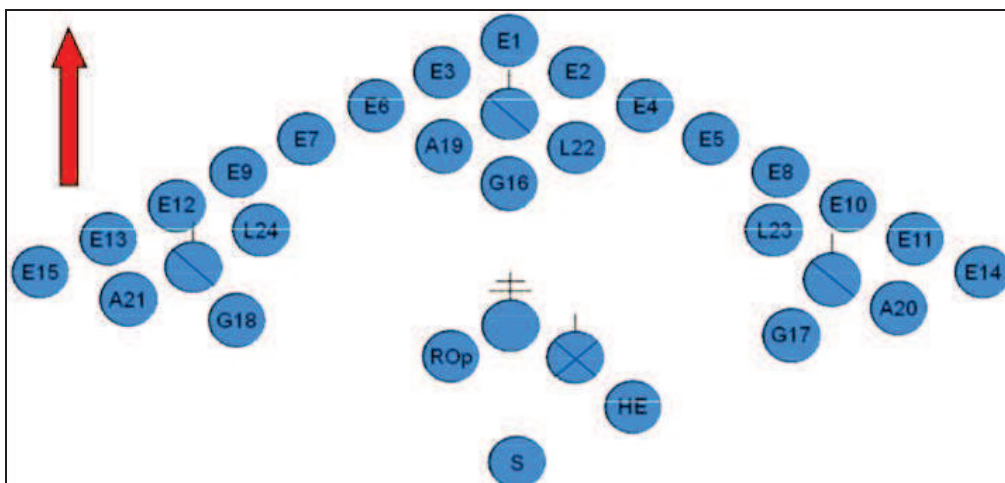


Figura 8 - Representação gráfica do Pelotão em cunha



Figura 9 - Pelotão em escalão à direita

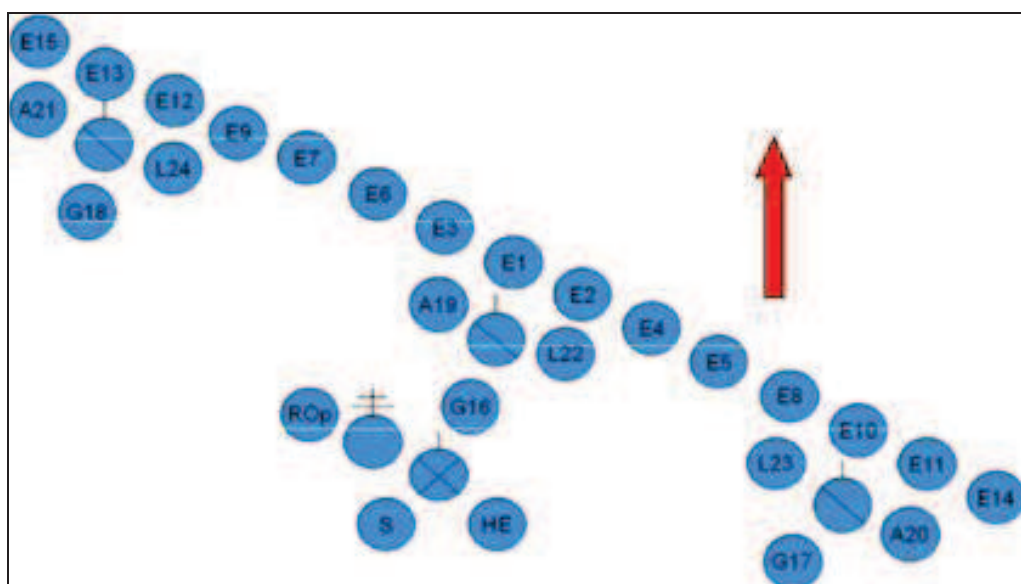


Figura 10 - Representação gráfica do Pelotão em escalão à direita



Figura 11 - Pelotão em escalão à esquerda

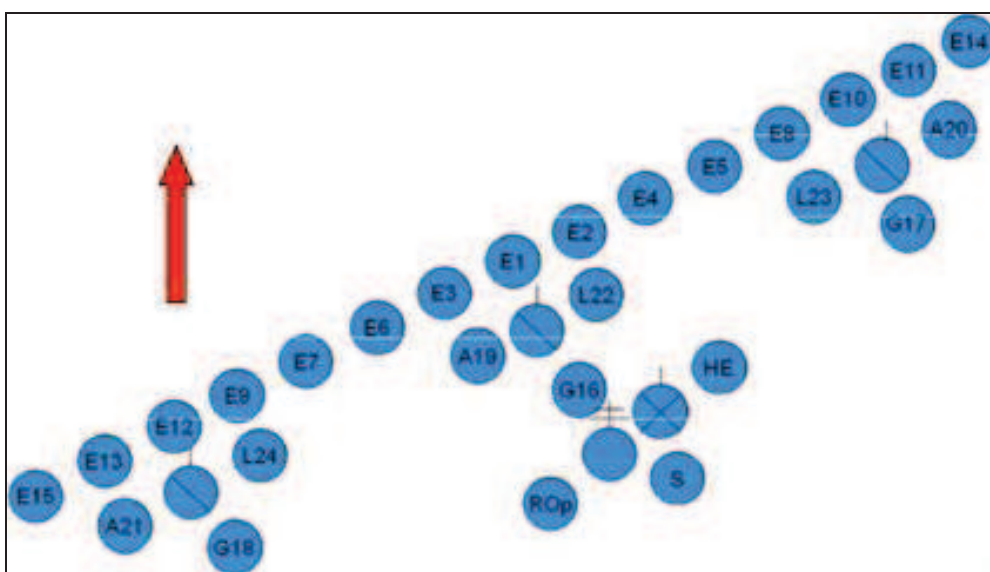


Figura 12 - Representação gráfica do Pelotão em escalão à esquerda



Figura 13 - Pelotão em guarda alta



Figura 14 - Pelotão em guarda alta emassada

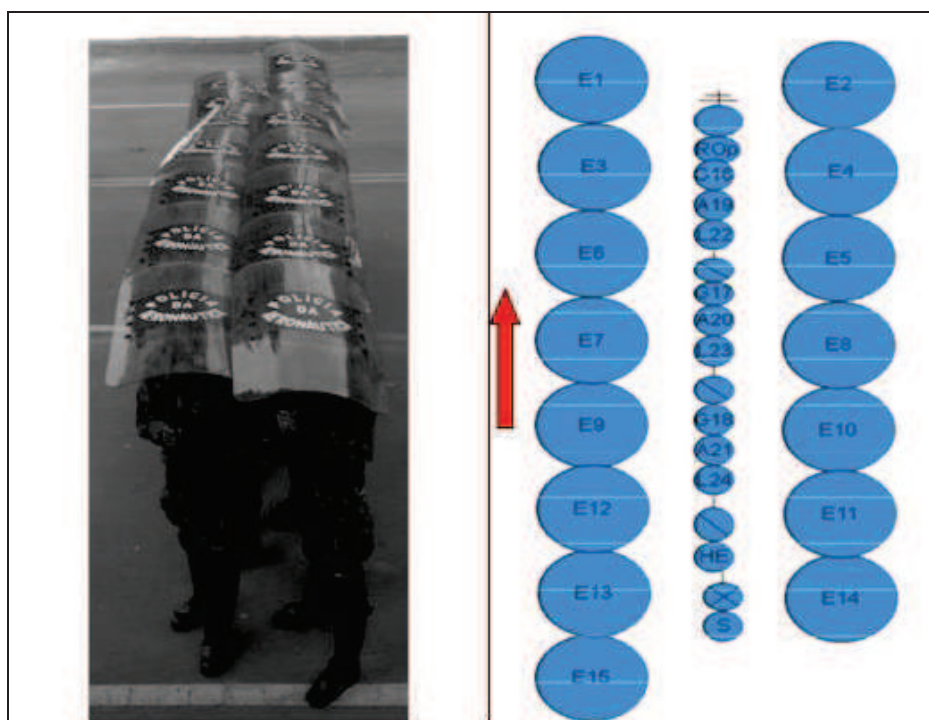


Figura 15 - Pelotão em escudos ao alto



Figura 16 - Pelotão em escudos ao alto, visto pela lateral



Figura 17 - Pelotão em escudos acima, visto de frente



Figura 18 - Pelotão em guarda baixa

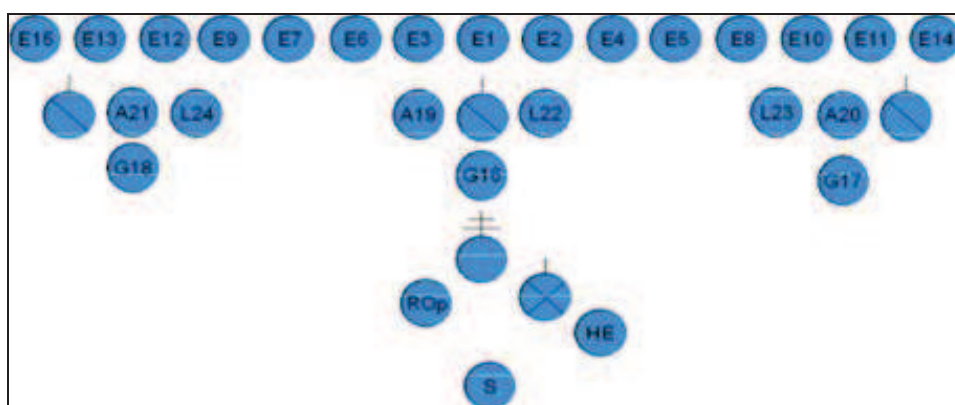


Figura 19 - Representação gráfica do Pelotão em guarda baixa



Figura 20 - Pelotão em guarda baixa emassada visto de frente



Figura 21 - Pelotão em guarda baixa emassada visto pela lateral



Figura 22 - Comando por gesto – advertência



Figura 23 - Comando por gesto - formação por dois



Figura 24 - Comando por gesto - formação por três



Figura 25 - Comando por gesto - formação em linha



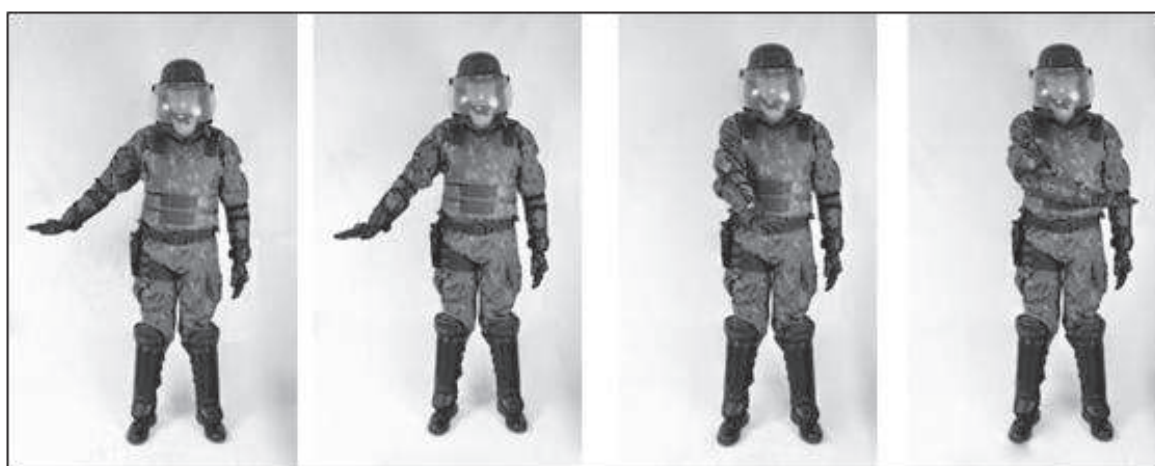
Figura 26 - Comando por gesto - formação em escalão à direita



Figura 27 - Comando por gesto - formação em escalão à esquerda



Figura 28 - Comando por gesto - formação em cunha



Posição 1

Posição 2

Posição 3

Posição 4



Posição 5

Posição 6

Posição 7

Posição 8

Figura 29 - Comando por gesto - formação guarda baixa



Posição 1

Posição 2

Posição 3

Posição 4



Posição 5

Posição 6

Posição 7

Posição 8

Figura 30 - Comando por gesto - formação guarda baixa emassada

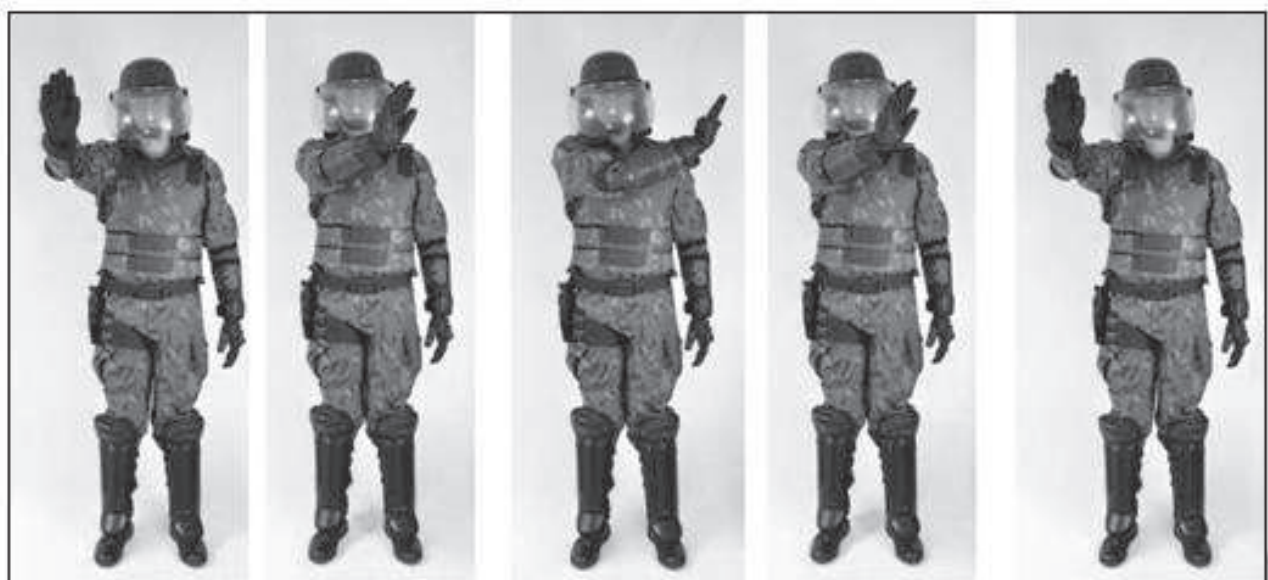


Posição 1

Posição 2

Posição 3

Posição 4



Posição 5

Posição 6

Posição 7

Posição 8

Posição 9

Figura 31 - Comando por gesto – formação guarda alta



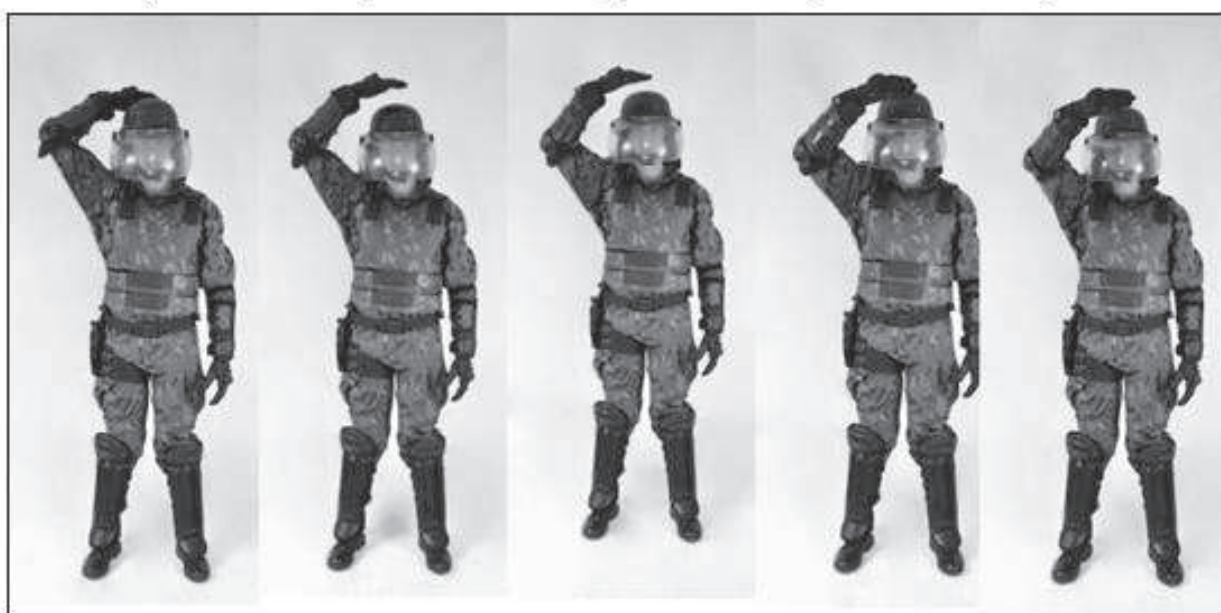
Posição 1

Posição 2

Posição 3

Posição 4

Posição 5



Posição 6

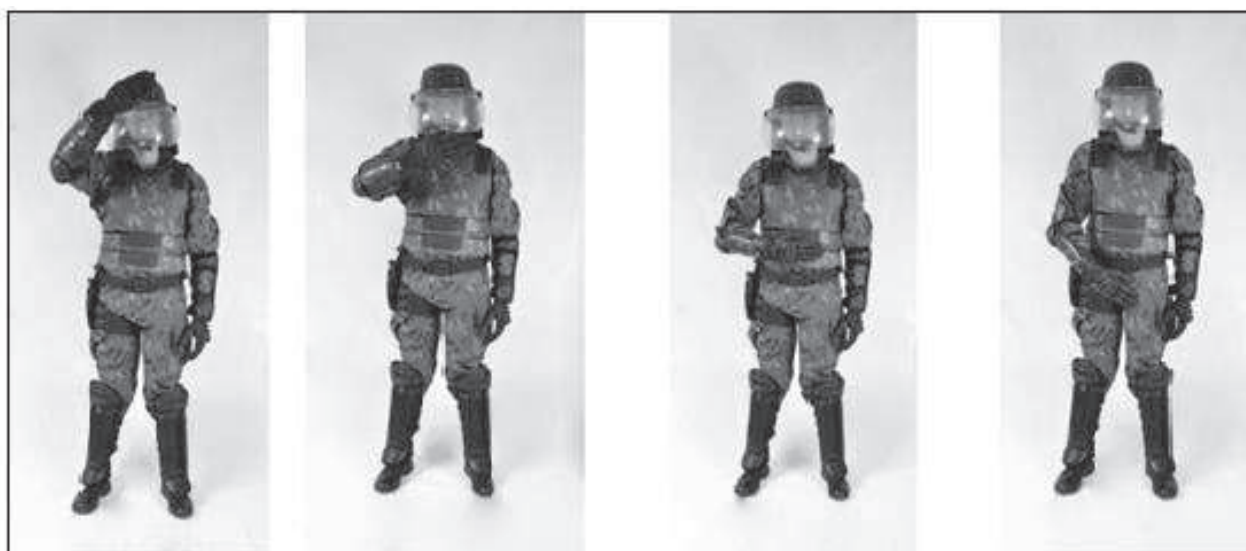
Posição 7

Posição 8

Posição 9

Posição 10

Figura 32 - Comando por gesto – formação escudos ao alto



Posição 1

Posição 2

Posição 3

Posição 4



Posição 5

Posição 6

Posição 7

Posição 8

Figura 33 - Comando por gesto – formação escudos acima



Posição 1

Posição 2

Posição 3



Posição 4

Posição 5

Posição 6

Figura 34 - Comando por gesto – carga de cassetete



Posição 1

Posição 2

Posição 3



Posição 4

Posição 5

Posição 6

Figura 35 - Comando por gesto – execução

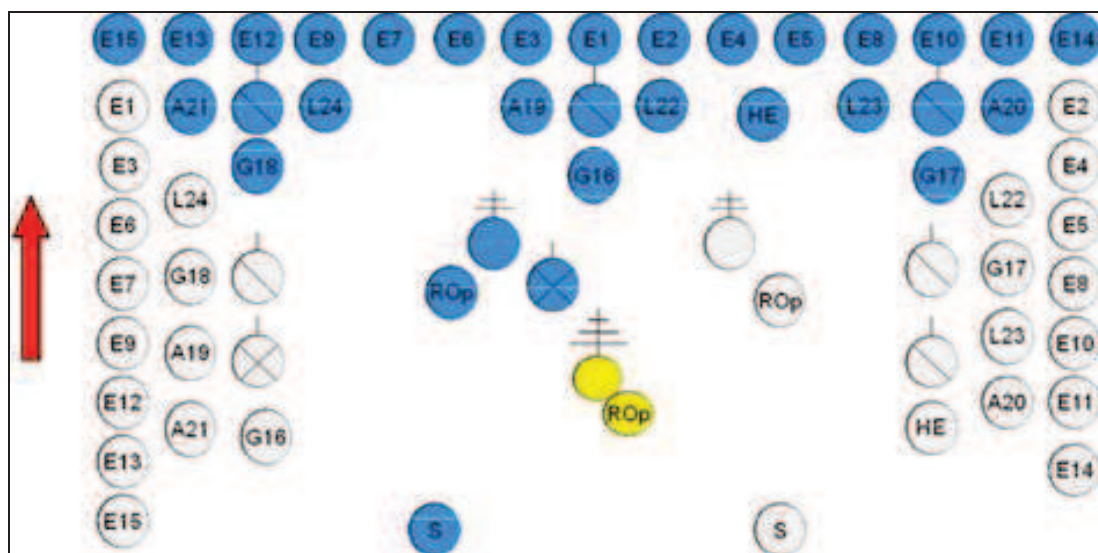


Figura 36 - Representação gráfica do esquadrão na formação em linha com apoio lateral

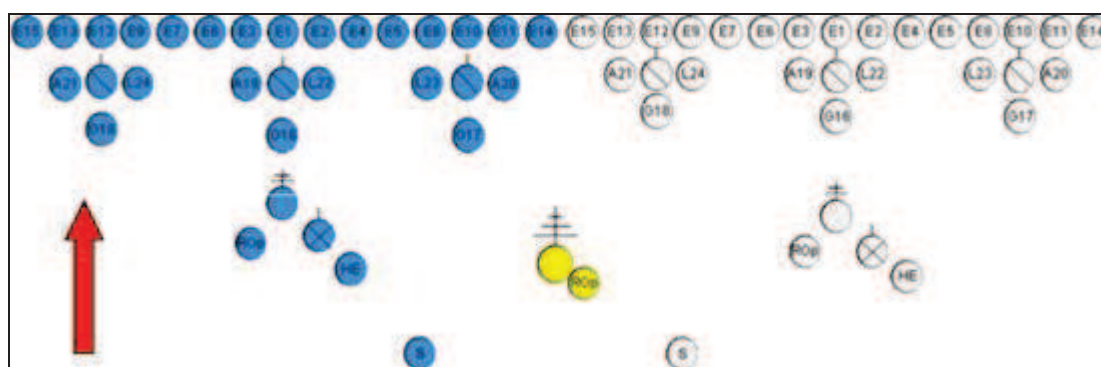


Figura 37 - Representação gráfica do esquadrão em formação apoio complementar

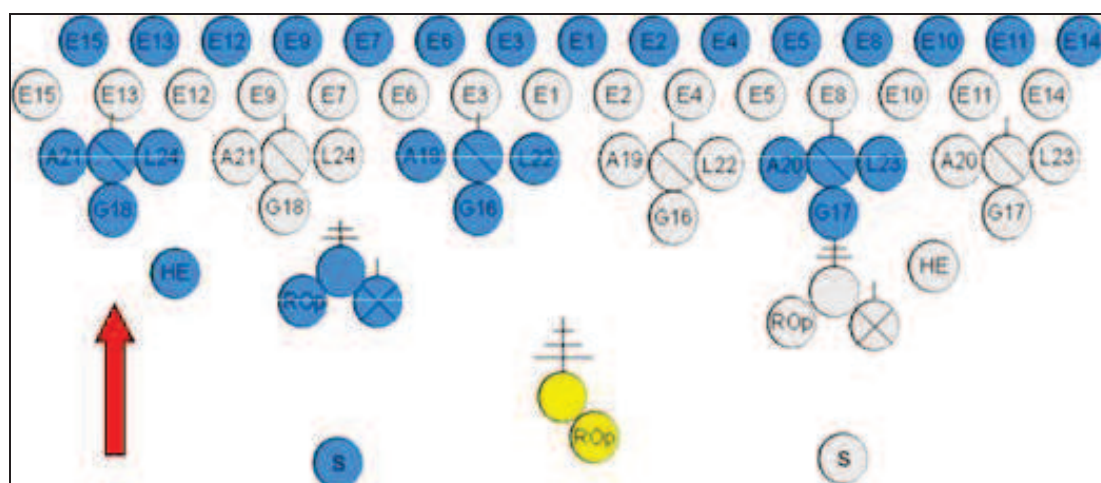


Figura 38 - Representação gráfica do esquadrão na formação em linha com apoio cerrado

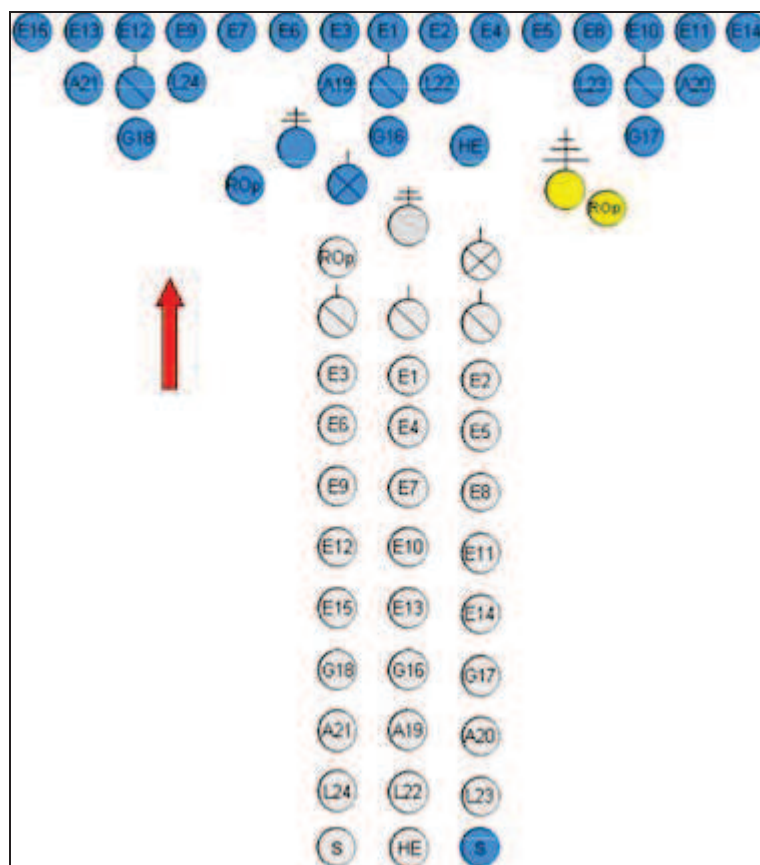


Figura 39 - Representação gráfica do esquadrão na formação em linha com apoio central

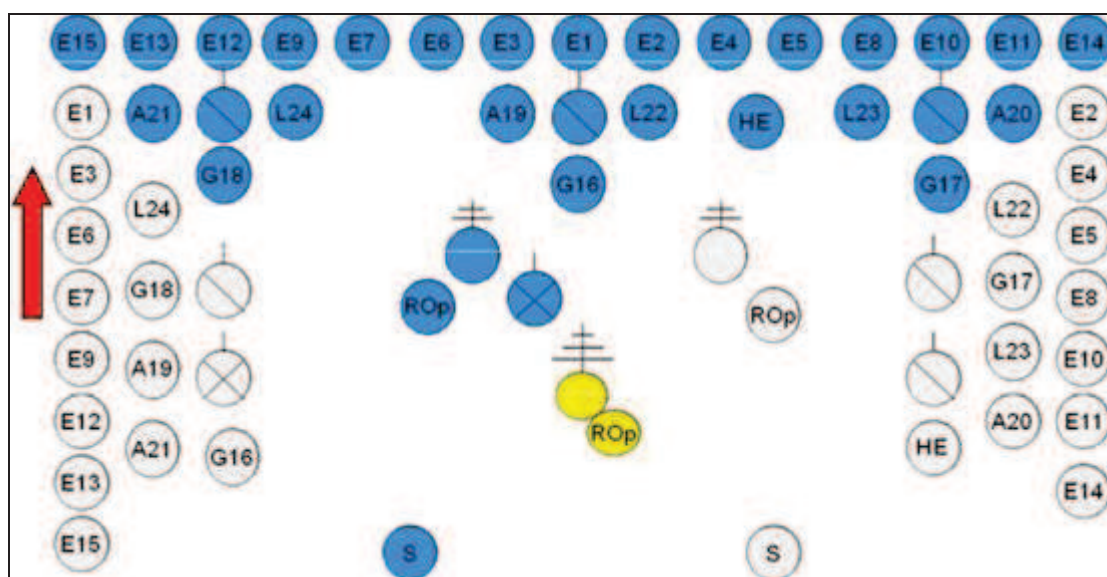


Figura 40 - Representação gráfica do esquadrão na formação em linha com apoio lateral, frente lateral



Figura 41 - Comando por gesto de formação apoio lateral

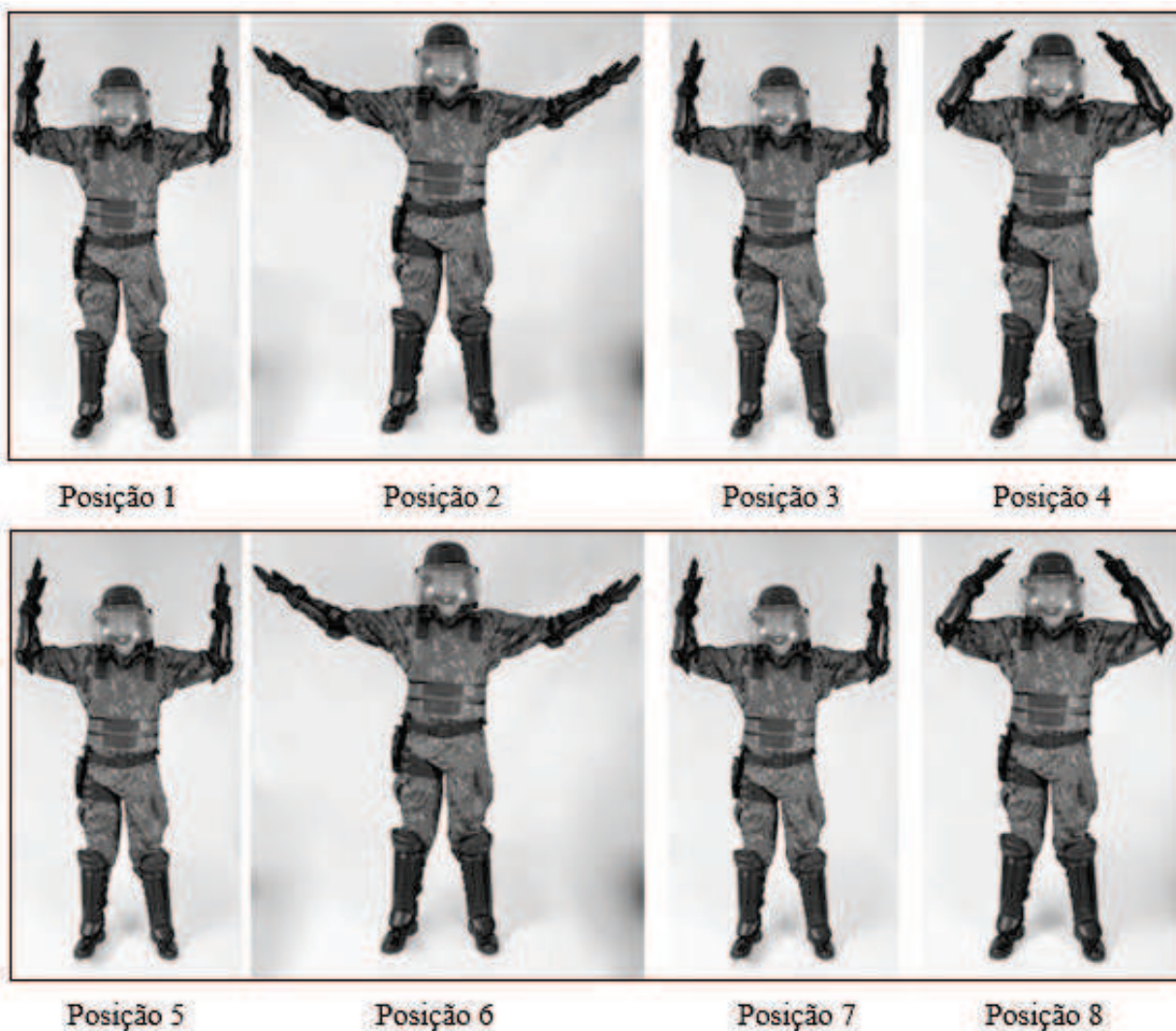


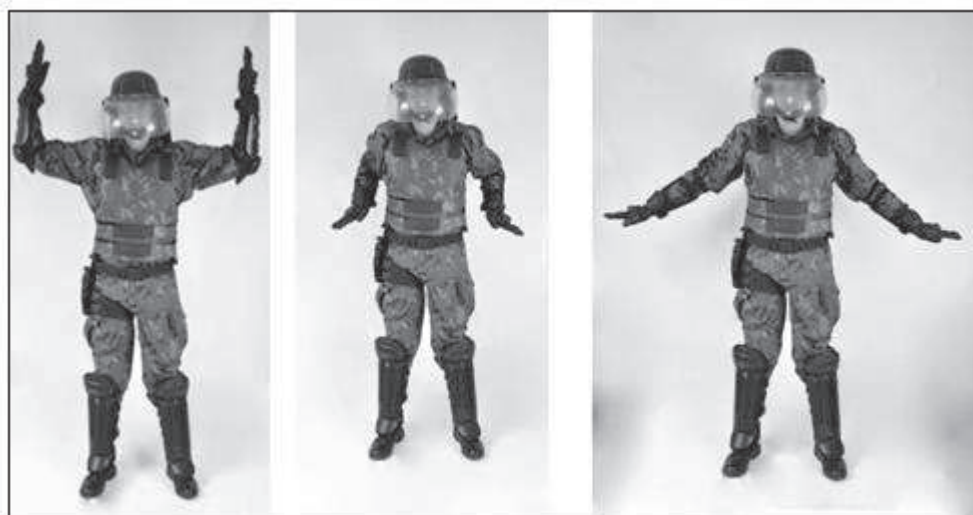
Figura 42 - Comando por gesto - formação apoio complementar



Figura 43 - Comando por gesto - formação apoio cerrado



Figura 44 - Comando por gesto - formação apoio central



Posição 1

Posição 2

Posição 3

Figura 45 - Comando por gesto apoio lateral, frente lateral

ANEXO III
TABELAS

Função	Posto/Grad
Cmt Esq	Capitão
Cmt Pel	Tenente
Auxiliar	Sargento
Cmt Seção	Sargento
Escudeiro	Soldado
Atirador	Cabo/ Soldado
Lançador	Cabo/ Soldado
Granadeiro	Cabo/ Soldado
Rádio Operador	Cabo/ Soldado
Homem Extintor	Soldado
Segurança	Sargento/ Cabo

Tabela 1 - Funções/Postos e Graduações

EQUIPAMENTO	Comandante de Pel	Auxiliar do Pel	Comandante de Grupo	Escudeiros	Granadeiros	Atiradores	Rádio Operador	Homem Extintor	Segurança
Escudo Antitumulto				X					
Escudo Balístico				X					
Perneiras (par)	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cotoveleiras (par)	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Capacete Balístico	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Colete Balístico	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Máscara Contra Gases	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cassetete	X	X	X	X					
Balaclava antichamas	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Luvas (par)	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Tabela 2 - Distribuição de equipamento

FORMAÇÕES		
BÁSICAS	<ul style="list-style-type: none"> – Coluna por três – Coluna por dois 	
OFENSIVAS	<ul style="list-style-type: none"> – Em Linha – Em Cunha – Escalão à direita – Escalão à esquerda 	
DEFENSIVAS	Dinâmicas	<ul style="list-style-type: none"> – Guarda alta – Guarda alta emassada – Escudos ao alto – Escudos acima
	Estáticas	<ul style="list-style-type: none"> – Guarda baixa – Guarda baixa emassada

Tabela 3 - Formações